

Maria Orlanda Teixeira Sousa

LEITURA  
INTERNA

pg 13  
Nº 54840



**“ Caminhos de Exclusão: Rotas de Inserção “**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Ciência Política e de Comportamento

Porto, 2007



Maria Orlanda Teixeira Sousa



**“ Caminhos de Exclusão: Rotas de Inserção “**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Ciência Política e de Comportamento

Porto, 2007

Maria Orlanda Teixeira Sousa



**“ Caminhos de Exclusão: Rotas de Inserção “**

Maria Orlanda Teixeira Sousa  
(Assinatura)

Projecto de Graduação apresentado na Universidade Fernando Pessoa Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Ciência Política e de Comportamento, como parte dos requisitos para obtenção de grau de Licenciatura em Serviço Social, sobre orientação do Docente Doutor Álvaro Campelo.

## **Resumo**

Sendo hoje consensual que os fenómenos da pobreza e exclusão social são consequência de vários factores e que por isso tocam todos os sectores da sociedade, como o económico, o social, o cultural o ambiental, torna-se necessário pensar numa forma para os combater eficazmente.

A mobilização dos intervenientes na luta contra a exclusão constitui além da partilha de recursos e competências, o esboço de um projecto de desenvolvimento local: entender um diagnóstico, o aceitar um consenso sobre um determinado conjunto de pontos, definir uma estratégia comum. Assim, O combate á exclusão social requer actuações aos mais diversos níveis, desde o individual ao nacional (ou supranacional).

É fundamental voltarmo-nos para a inserção, accionando estratégias que visem a prossecução de objectivos que se prendam com melhorias de qualidade de vida e bem-estar de indivíduos /famílias envoltos em constrangimentos, vendo desta forma vedado o acesso aos mais variados sistemas sociais.

## **Agradecimentos**

A concretização deste trabalho só foi possível com o apoio de várias pessoas. Tenho consciência que o acto aqui expresso encerra o risco de eventuais esquecimentos, mas não seria justo deixar passar em claro a minha manifestação de agradecimento para com as mesmas.

Um agradecimento especial ao orientador de todo este trabalho, Doutor Álvaro Campelo, pela disponibilidade, o constante acompanhamento e cooperação.

A todos os profissionais da Equipe Local da Unidade de Acção Social de Marco de Canaveses, que sempre mostraram muito entusiasmo e motivação no seu trabalho, por me ter recebido de uma forma instrutiva, pelo companheirismo, amizade e cumplicidade durante este percurso...Obrigada!

E como os últimos são sempre os primeiros... A ti, Abílio e aos nossos filhos, por tudo... Às vezes as palavras são singelas metáforas de sentimentos que não conseguimos transpor para o papel!

## INDICE GERAL

Índice de Gráficos .....	6
Índice de Anexos .....	7
Introdução Geral .....	8
<b>1. Introdução Teórico- Metodológica .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1. Enquadramento Teórico .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2. Enquadramento Metodológico .....</b>	<b>18</b>
<b>2. Estratégias .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1. Diagnóstico individual/familiar .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.1. Dados Demográficos .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1.1.1. População Por Sexo e Escalões Etários .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1.2. Tipo e Estrutura das Famílias .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1.3. Educação .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1.3.1. Níveis de Instrução da População .....</b>	<b>29</b>
<b>2.1.3.2. Insucesso Escolar .....</b>	<b>30</b>
<b>2.1.4. Emprego/Desemprego .....</b>	<b>33</b>
<b>2.1.4.1. Emprego .....</b>	<b>34</b>
<b>2.1.4.2. Desemprego .....</b>	<b>35</b>
<b>2.1.5. Saúde.....</b>	<b>36</b>
<b>2.1.6. Habitação.....</b>	<b>39</b>
<b>3. Plano de Acção .....</b>	<b>41</b>
<b>4. Dinâmicas e Estratégias de Inserção Social .....</b>	<b>42</b>
<b>4.1. O Reforço da Auto-estima e da Identidade Sócio-cultural.....</b>	<b>43</b>
<b>4.2. Atendimento/Acompanhamento Social .....</b>	<b>46</b>
<b>4.3. Organização de Sessões Colectivas .....</b>	<b>51</b>
<b>5. Reflexões Finais .....</b>	<b>53</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>57</b>

## **Índice de Gráficos**

Gráfico N° 1 – Dados demográficos: População por Sexo e Escalões Etários

Gráfico N° 2 – Tipo e Estrutura das Famílias

Gráfico N° 3 – Educação: Níveis de Instrução da População

Gráfico N.º 4 – Educação: Reprovação dos Filhos

Gráfico N.º 5 – Emprego: Ocupação por Sexo

Gráfico N.º 6 – Desemprego: Desemprego /Idade

Gráfico N.º7 – Saúde: Problemas de Saúde

Gráfico N.º8 – Incapacidade Para o Trabalho

Gráfico N.º 9 – Habitação: Tipo de Habitação / Regime de Ocupação

## **Índice de Anexos**

Anexo N.º 1 – Plano de Acção

## **Introdução Geral**

O presente trabalho foi elaborado no âmbito do Projecto de Graduação da Licenciatura em Serviço Social da Faculdade de Ciências humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa (UFP). O trabalho foi realizado onde decorreu o estágio curricular.

O objecto de estudo do trabalho é a exclusão social. Decidir sobre o tema de uma pesquisa é sempre algo de muito pessoal. Na decisão desta se centrar sobre pessoas excluídas, havia já uma história, uma experiência próxima de pessoas e de algum modo essa primeira proximidade, fez levantar um conjunto de questões que me interessava compreender e explicar partindo desta investigação.

Este estudo teve como território empírico uma Freguesia do Concelho de Marco de Canaveses. Assim sendo, o presente projecto “Caminhos de exclusão – Rotas de Inserção”, baseou-se no método da investigação – acção, uma vez que á medida que fui aprofundando o diagnóstico fui intervindo, sendo que, com a intervenção foi possível recolher mais informação pertinente ao aprofundamento do mesmo. Deste modo, na investigação – acção pretende-se que os investigadores desempenhem um papel activo quer no equacionamento dos problemas encontrados, quer no acompanhamento e na avaliação das acções desencadeadas, sendo que se pretende ainda a implicação activa da população envolvida. Ou seja pretende-se que todos os actores sociais envolvidos no processo participem activamente, de uma forma reflectida na definição e condução do processo de intervenção.

Começarei por fazer um pequeno enquadramento teórico metodológico que sustentou o meu objecto de estudo bem como o diagnóstico da população em estudo, De seguida, reservei uma parte do relatório para o trabalho empírico por mim realizado. Por último, concluirei o presente trabalho fazendo algumas reflexões finais, avaliando a experiência vivenciada ao longo deste período, com vista a perceber as fragilidades /obstáculos com que me deparei bem como a percepção da evolução como futura profissional que possa vir a ser.

## 1. Introdução Teórico-Metodológica

Desde os anos 70, assiste-se a uma mudança de paradigma no entendimento societário, com fortes impactos no desenvolvimento da “questão social”. Uma outra dinâmica na relação entre o económico e o social tem vindo a instalar-se, a qual é acompanhada pela precarização das relações de trabalho e do emprego, que se pautam pela instabilidade da organização do trabalho. Com a mudança das relações sociais, assistiu-se à alteração das fragilidades articuladas às formas de reprodução social e aos modos de vida de algumas franjas da população, o que exige um repensar das formas de acção social.

Novos desafios têm vindo a colocar-se à prática do Serviço Social, o qual tem vindo a acompanhar as transformações que se verificam. O próprio público-alvo diversificou-se, pelo que as medidas e respostas de política social apelam a uma renovação das metodologias e das técnicas de intervenção.

Face a isto, a realização de estágios curriculares em contextos laborais torna-se fulcral para a formação dos profissionais, já que esta experiência permite um contacto directo com a realidade, facilitando um maior fluxo de informação, experiências e saberes.

No âmbito das disciplinas de Estágio e Projecto, as quais se manifestam estruturantes para o curso de Serviço Social, uma vez que pretendem aprofundar a compreensão dos problemas, para que a intervenção se processe no sentido de alterar a realidade, foi concebido o projecto “Caminhos de Exclusão – Rotas de Inserção”, no qual o trabalho que desenvolvi ao longo deste ano se integrou.

Partindo do pressuposto de que a exclusão social possui um carácter cumulativo e multidimensional foi-se constatando a ausência de autonomia, baixa auto-estima e inexistência de aspirações por relação ao futuro que caracteriza as franjas de população mais desfavorecidas, sendo isto provocado por diversos factores, entre eles as baixas qualificações escolares e profissionais, as situações de desemprego, os empregos precários e instáveis, o habitat desqualificado e os problemas de saúde.

Finalmente, é de referir que se tornou evidente a necessidade dos técnicos agirem localmente, reflectindo globalmente. Ou seja, devem partir dos conhecimentos produzidos no contexto de intervenção, no sentido de serem criadas e reforçadas competências profissionais necessárias a práticas eficientes de inserção social.

Neste sentido, este projecto foi criado com o intuito de serem encontrados mecanismos geradores de inclusão social, de forma a contrariar aqueles que provocam a exclusão.

Importante será referir que as principais finalidades que estiveram subjacentes ao mencionado projecto, passaram pela acção no sentido da mudança, pela investigação no sentido do conhecimento e também pela formação.

Enquanto estagiária de serviço social fui inserida no I.S.S. (Instituto de Segurança Social), mais concretamente no C.D.S.S.P. O trabalho de terreno foi desenvolvido na Equipa Local de Acção Social de Marco de Canaveses, tendo por base a implementação do projecto “Caminhos de Exclusão – Rotas de Inserção”.

Neste caso concreto, implementou-se o mencionado projecto numa freguesia do Concelho do Marco de Canaveses, mais concretamente Constance. O seu objectivo geral consistiu em contribuir para a inserção social de 18 famílias seleccionadas desta freguesia, as quais vivenciam situações de exclusão social, indo ao encontro do objectivo global do projecto “Caminhos de Exclusão – Rotas de Inserção”.

A Instituição de Segurança Social, surgiu poucos anos depois da reforma da previdência social, operada no início dos anos sessenta. Isto porque se sentiu a necessidade de ocorrer uma nova reforma, ou seja uma mudança neste sistema, e a necessidade de implementar um efectivo sistema de Segurança Social.

“O sistema de Segurança Social é, (...) o instrumento institucional que permite a cada um (trabalhador ou simples cidadão, conforme os casos) ver concretizado o seu direito à protecção nos riscos sociais ou eventualidades.” (NEVES,1993,20)

Podemos, então, referir que o objectivo essencial do sistema, que é público, de Segurança Social consiste em possibilitar e concretizar a efectivação do direito de cada um à Segurança Social. Deste modo, o sistema de Segurança Social, sendo um sistema social, é, por definição, um sistema aberto, sujeito a interligações com outros sistemas, donde decorre uma certa interdependência e uma determinada comunicabilidade funcional.

Por seu turno, a Unidade de Acção Social, que está enquadrada no regime não-contributivo do referido sistema, desenvolve acções em torno da prevenção e combate à exclusão/marginalidade social de grupos especialmente marginalizados ou em situação de exclusão, daí a pertinência da minha integração nesta unidade.

Os seus objectivos, tal como os da acção social em geral, tornam-se compreensíveis à luz de três princípios-base que sustentam a actuação neste domínio, sendo eles: a Prevenção, a Reparação e o Desenvolvimento. São estes princípios que orientam a intervenção social e que a dirigem para o desenvolvimento humano e social, pretendendo a garantia dos direitos dos cidadãos. Humano, já que é um possível veículo potenciador das capacidades humanas na aquisição de competências pessoais e sociais com vista à autonomia e gestão dos projectos de vida. Social, uma vez que consagra a paridade no acesso aos direitos de cidadania, a oportunidade de participação e decisão individual e em sociedade.

### **1.1. Enquadramento Teórico**

As transformações que o mundo actual tem conhecido têm repercussões ao nível do Serviço Social, fundamentalmente no que respeita às novas formas de pobreza e à diversificação do próprio público-alvo, tal como já foi mencionado anteriormente. Assim sendo, exigem a compreensão profunda sobre os factores e mecanismos presentes nos processos de exclusão e inserção social.

Tendo em conta que o trabalho se direcciona para franjas da população que se encontram em processo de exclusão/pobreza convém, desde já, reflectir acerca de alguns conceitos importantes para a intervenção social, tais como exclusão e inserção social, identidade sócio-cultural, parceria e territorialização.

O conceito de exclusão social é relativamente recente, sendo que tem vindo gradualmente a substituir o conceito de pobreza. Ou seja, o conceito de exclusão social começou a ganhar relevo, por volta dos anos 70, quando surgiu a “nova questão social”, sendo que até aí, todas as situações de marginalização fossem generalizadas como de pobreza.

Convém portanto distinguir, em traços gerais, pobreza de exclusão social, uma vez que estas são realidades distintas e que nem sempre coexistem.

Desta forma, “ «o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenómeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Já o conceito de exclusão social acentua os aspectos relacionais do fenómeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social»” (PEREIRINHA, 1992, 170).

Tendencialmente, com base numa perspectiva de senso comum, a problemática da pobreza é designada em termos de falta de meios monetários, uma vez que o acesso a bens materiais e imateriais fica altamente comprometido quando não existem, ou quando são escassos, os recursos económicos.

Contudo, de acordo com o olhar sociológico, a pobreza não se traduz apenas na falta de recursos monetários, deve ser analisada como um fenómeno multidimensional. Isto é, resulta de uma acumulação de desigualdades que “não são isoladas umas das outras, mas que interferem e se reforçam mutuamente.” (BREBANT, 1984).

Pela experiência que adquiri ao longo do estágio, apercebi-me que o conceito de pobreza, enquanto privação de recursos económicos, torna-se incipiente face à multidimensionalidade e complexidade das vivências destes indivíduos/famílias. Para analisar de forma mais completa estas situações é fulcral ter em linha de conta diversos aspectos, designadamente, simbólicos, relacionais, culturais e económicos.

Visto que o conceito de pobreza não dá conta das relações entre as condições materiais de vida e as dimensões subjectivas, faz todo o sentido falar-se em exclusão social.

Posto isto, convém então ocuparmo-nos mais cuidadosamente do conceito de exclusão social. Segundo Roque Amaro (2000), considera-se a exclusão social como uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros. Assim sendo, este fenómeno pode implicar privação, falta de recursos ou, até, ausência de cidadania, entendendo-se por esta a participação plena na sociedade, aos diferentes níveis, ambiental, cultural, económico, político e social, em que esta se organiza e exprime. Este trata-se, portanto, de um fenómeno multidimensional, uma vez que deriva do relacionamento e da interdependência entre todos estes níveis.

O mesmo autor defende que a exclusão social pode ser resultado da carência ao nível de 6 dimensões. Depende do SER, isto é, da personalidade, da dignidade, da auto-estima e do auto-reconhecimento individual. Do ESTAR, o qual se relaciona com a rede de pertença social, desde a família, redes de vizinhança, grupos de convívio e de interacção social à sociedade mais em geral. O FAZER é uma outra dimensão que traduz todas as tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, quer sob a forma de emprego remunerado (já que esta é a forma dominante de reconhecimento social que assenta na possibilidade de se auferir um rendimento traduzível em poder de compra e em estatuto de consumidor), quer sob a forma de trabalho voluntário não remunerado. Do CRIAR, ou seja, da capacidade de empreender, de assumir iniciativas, de definir e concretizar projectos, de inventar e criar acções. O SABER relaciona-se com o acesso a informação (escolar ou não; formal ou informal), necessária à tomada fundamentada de decisões, e da capacidade crítica face à sociedade e ao ambiente envolvente. Finalmente, depende do TER, quer ao nível de rendimentos, como do poder de compra, do acesso a níveis de consumo médios da sociedade e da capacidade aquisitiva (incluindo a capacidade de estabelecer prioridades e aquisição de consumo).

Segundo Luís Capucha (1998), a exclusão resulta da desarticulação entre a sociedade e os indivíduos, originando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade, sendo evidente a oposição à noção de integração social.

Partindo do trabalho empírico que foi sendo desenvolvido ao longo deste ano, verifiquei que a exclusão social resulta de uma situação da não realização de algumas ou mesmo de todas estas dimensões.

A Exclusão Social exprime-se através de manifestações múltiplas e diversas que são, normalmente, fruto da diferenciação e da degradação que conduzem ao isolamento e à não participação real e simbólicas dos indivíduos/famílias. Trata-se de um ou mais fenómenos sociais interligados, que contribuem para a produção do excluído, tal como o desemprego, a marginalidade, a discriminação e a pobreza, entre outros.

Actualmente as sociedades estão confrontadas com fenómenos de dualização e de exclusão social, já que o sistema produtivo coloca de parte grupos sociais ao ponto de questionar se ainda têm espaço na sociedade. “(...) Donzelot (...) considera que o processo de precarização da sociedade salarial se manifesta no aparecimento de um novo perfil de indivíduos que sobram e o autor denomina de “normais inúteis”, na medida em que apresentam todas as características “normais” para a inserção no mercado de trabalho mas, ou são excedentários, ou os seus perfis de qualificação não são adequados às necessidades desse mesmo mercado de trabalho.” (GUERRA, Isabel, 1999,50)

É possível referir que pelo facto da exclusão possuir um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, comporta em si processos de reprodução e evolução que garantem a sua persistência, constitui simultaneamente causa e consequência de múltiplas rupturas na coesão social, originando manifestações de dualismos e de fragmentação social.

O termo exclusão social é usualmente utilizado num sentido amplo, englobando condições de vida e de participação civil, social e política e está estreitamente ligado ao conceito de cidadania. Tal como Robert Castel (2003) define, a exclusão social manifesta-se como a fase extrema do processo de “marginalização”, no sentido de se evidenciar como um percurso descendente, pelo qual se vão verificando contínuas rupturas (com o mercado de trabalho e também com familiares, afectivas e de amizade) na relação do indivíduo com a sociedade. Assim, este conceito está relacionado com a sociedade e com a cidadania, uma vez que a noção de “exclusão” suscita desde logo a pergunta “excluído de quê?”, implicando a existência de um contexto de referência do qual se é ou está excluído. (COSTA, 1998,13).

Segundo, ainda, Alfredo Bruto da Costa (1998) o exercício pleno da cidadania implica e traduz-se no acesso (entendido como uma forma de relação) a um conjunto de sistemas sociais básicos (social, económico, institucional, territorial e das referências simbólicas).

Quando o acesso a um qualquer destes sistemas é vedado a um determinado indivíduo, por uma qualquer razão, pode dizer-se que ele se encontra numa situação de exclusão social.

Na perspectiva de Luís Capucha (1998), produzem-se situações de exclusão social porque a sociedade não permite que todos os seus membros beneficiem, de igual modo, dos direitos que lhes assistem, nem de cumprir alguns deveres que lhe estão associados.

Assim sendo, a exclusão pode incluir-se nas próprias dinâmicas e instituições sociais, políticas e económicas, e estar conformemente inculcada nas estruturas mentais das pessoas que a sofrem. Disto resulta a perda do estatuto de cidadania plena, por parte das pessoas desfavorecidas. Esta situação leva a que os indivíduos se vejam impedidos de participar nos padrões de vida tidos como aceitáveis na sociedade em que se inserem.

O conceito de exclusão social manifesta-se de tal modo complexo e heterogéneo que nos obriga a falar de diversos tipos de exclusão definidos por causas imediatas, intermédias e estruturais. Nesta perspectiva é possível caracterizar diversos tipos de exclusão social: de tipo económico (situação de privação múltipla por falta de recursos), social (domínio dos laços sociais, relacionado com uma situação de privação de tipo relacional), cultural (factores de ordem cultural, como por exemplo racismo, xenofobia, nacionalismo, etc.), de origem patológica (factores patológicos de natureza psicológica ou mental) e por comportamentos auto-destrutivos (comportamentos relacionados com a toxicodependência, alcoolismo, prostituição, entre outros, que podem levar à exclusão ou à própria auto-exclusão).

Sintetizando, o fenómeno da exclusão social traduz-se num processo multidimensional, cumulativo e mesmo estrutural, que implica progressivas e sucessivas rupturas, desde as do mercado de trabalho, às dos sistemas familiar e social. Deste modo, ser excluído não se reduz unicamente à dimensão material mas, tal como já foi referido, manifesta-se sobretudo ao nível cultural e simbólico, parafraseando Robert Castel (2003).

A vivência de um processo prolongado de exclusão social pode ter impacto ao nível da identidade do indivíduo/família. A assunção de identidades individuais e sociais negativas, a simples ausência de referências ou de redes relacionais sólidas, a vivência do quotidiano

numa cultura de sobrevivência e que se pauta, normalmente, pelo hedonismo do imediato, sem perspectivar o futuro a médio e longo prazo, são factores que condicionam as possibilidades de participação efectiva na vida social e exercício de uma cidadania plena. No âmbito do estágio, trabalhou-se com os indivíduos/famílias no sentido de reforçar as identidades positivas, de forma a ser possível contrariar o processo de exclusão social no qual os mesmos se encontram submersos.

GUERRA, e CHITAS, (1998), A construção da identidade desenvolve-se num processo dinâmico onde os indivíduos elaboram uma concepção da realidade e do seu lugar no mundo, tendo em consideração que existem constrangimentos sócio-históricos. É de referir que as identidades estão em constante reformulação, tornando-se fundamental distinguir identidade individual, que se trata da imagem que o indivíduo possui de si mesmo, de identidade social, a qual se relaciona com a inclusão em grupos de pertença.

Por seu turno, o conceito de identidade é claramente relacional, apelando sempre a um contexto de interacção, na relação entre o eu e os outros. Do mesmo modo, apela a um contexto cognitivo e emocional que acompanha as referidas interacções, relacionando-se, portanto, com o conceito de auto-estima, a qual deriva da identidade individual e de pertença social.

Tendo por base os casos acompanhados, é possível referir que grande parte destes indivíduos/famílias possuem identidades negativas, ou seja, não acreditam neles próprios, nas suas potencialidades, uma vez que entendem terem “falhado” sempre ao longo do seu percurso de vida, nomeadamente ao nível profissional. Uma vez que apesar da grande maioria encontrar-se integrados no mercado de trabalho não se sentem realizados profissionalmente dada a desqualificação do trabalho que operam.

De forma a combater os processos de exclusão social e simultaneamente concorrer para a (re)construção das identidades do público-alvo, tentou-se accionar um duplo processo de interacção positiva entre os indivíduos excluídos e a sociedade a que pertencem. É, portanto, necessário trabalhar os indivíduos, no sentido de os tornar cidadãos plenos, e a sociedade, porque permite e acolhe a cidadania.

Este duplo processo é designado de integração, no sentido do entendimento da teoria dos sistemas, a qual permite considerar integração como um processo de interação entre uma das partes e as outras partes de um todo. A perspectiva de que a exclusão social resulta da relação entre indivíduos e sociedade a que pertencem configura a hipótese teórica inerente ao projecto “Caminhos de Exclusão – Rotas de Inserção”.

Assim sendo, “a integração (social) (...) viabiliza o acesso às oportunidades da sociedade, a quem dele estava excluído, permitindo a retoma da relação interactiva entre uma célula (o indivíduo ou a família), que estava excluída, e o organismo (a sociedade) a que ela pertence, trazendo-lhe algo de próprio, de específico e de diferente, que o enriquece e mantendo a sua individualidade e especificidade que a diferencia das outras células que compõem o organismo.” (AMARO, 2000, 123).

Segundo o mesmo autor, a integração associa duas lógicas, a da inserção social e a da inclusão. A integração social remete para a devolução da cidadania aos excluídos, proporcionando-lhes uma participação activa na vida em sociedade. Trata-se de consolidar a estabilidade de situações relacionadas com o trabalho, com a família e com a sociedade em geral. É, portanto, a passagem da exclusão social à cidadania que caracteriza o processo de integração social.

Os processos que são associados à integração social, tais como a interação social e familiar, o acesso a instituições e ao emprego, definem a inserção social. Estes processos estão imbuídos de um duplo movimento, em que, por um lado, se verifica a passagem da pobreza e exclusão para o pleno exercício da cidadania, por parte das pessoas, famílias ou grupos, e, por outro lado, as instituições proporcionam oportunidades para iniciar esses processos, dando a essas pessoas, famílias ou grupos meios e apoios para tal, o que, esporadicamente, pode resultar numa situação de dependência.

Para ser possível promover uma efectiva integração social dos indivíduos e/ou famílias é essencial retomar as dimensões da exclusão social atrás referidas. Assim, é necessário promover e reforçar as capacidades e competências ao nível do SER, do ESTAR, do FAZER, do CRIAR, do SABER e do TER. (AMARO, 2000,124).

por ela, elementos teóricos e epistemológicos subjacentes quer àquelas quer à prática no seu conjunto de investigação disciplinar, de modo a traçar a lógica de aproximação à realidade.” (ESTEVES, 1987,252).

Assim sendo, no projecto “Caminhos de Exclusão – Rotas de Inserção” pretendeu-se relacionar, intimamente, a investigação com a intervenção, Obedecendo a uma lógica de investigação-acção participada, em que a planificação e a avaliação contínua desempenharam um papel fulcral.

O processo de pesquisa subjacente a todo este trabalho não foi controlado por um único indivíduo. Pretendeu-se que todos os actores sociais envolvidos no processo participassem activamente, de uma forma reflectida na definição e condução do processo de intervenção, sendo esta uma das potencialidades inerentes a esta metodologia.

Conseguir a participação das franjas de população mais vulneráveis à pobreza e exclusão social é um processo complexo e contínuo, uma vez que depende da tomada de consciência acerca dos problemas e das necessidades que lhes assistem, da produção de circuitos de comunicação permanentes entre os vários actores sociais implicados no processo e, essencialmente, do possível estabelecimento de um compromisso entre todos os intervenientes, tal como é defendido pelo próprio projecto que sustenta todo este trabalho.

## **2. Estratégias**

A “ melhor forma de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em esforçar-se por enunciar o projecto sob a forma de uma pergunta de partida” (QUIVY, CAMPENHOUDT 1992,44), uma vez que com esta o investigador tenta exprimir mais detalhadamente aquilo que procura saber, esta servirá de fio condutor para toda a intervenção.

Face a isto, e tendo por base as linhas teórico-metodológicas que se têm vindo a explorar foi possível identificar alguns problemas existentes que se desenvolvem em torno do eixo indivíduo/família/grupo, o qual deu origem à formulação da pergunta de partida: Como induzir mudanças positivas nos valores, atitudes e comportamentos de indivíduos e famílias que vivem em contextos económicos, sociais e culturais excludentes?

Partindo da identificação de problemas relacionados com o eixo correspondente ao indivíduo/família/grupo, tais como a descrença nas próprias potencialidades e redução de capacidade de iniciativa; o conformismo, fatalidade e passividade; a ausência de expectativas face ao futuro; as baixas habilitações académicas e profissionais; e a vulnerabilidade aos processos e mecanismos sociais de exclusão.

Esta pergunta deu origem à hipótese operativa que orientou toda a intervenção: O reforço da auto-estima e da identidade sócio-cultural, através de uma relação de ajuda individual e grupal, que contribui para o desenvolvimento de trajectos de vida emancipatórios.

Para que seja possível a estruturação e concretização dos projectos de vida e de inserção dos indivíduo/família/grupo, é necessário compreender os seus trajectos de vida e analisar os seus problemas, necessidades e capacidades. Ora, isto remete, desde logo, para o processo de construção de identidades.

Deste modo, é possível mencionar que a imagem que determinado indivíduo tem de si próprio, a capacidade que possui em identificar-se com um grupo, fortalece à medida que a sua capacidade de participação na sociedade, de interacção com os outros e de autonomia aumenta. Por isto mesmo, manifestou-se importante desenvolver acções de mobilização e acompanhamento individualizado da população em estudo, de forma a apoiar na definição e concretização dos respectivos projectos de vida.

Tentou-se promover acções de sensibilização e formação, no sentido de promover a cidadania. Para além disto, pretendeu-se o fomento de competências pessoais e sociais que favorecessem a convivência interpessoal, intergeracional e interétnica.

Posto isto, irei de seguida começar por caracterizar a população em estudo, de forma a verificar as acções a desenvolver com a mesma.

## 2.1. Diagnóstico individual/familiar

“Um bom diagnóstico é garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais e é fundamental para garantir a eficácia de qualquer projecto de intervenção” (GUERRA, 2000). A realização deste diagnóstico manifestou-se de extrema importância porque a existência de um conhecimento sempre actualizado e rigoroso da realidade permite uma maior eficácia e eficiência da intervenção.

Neste capítulo irei, portanto, ocupar-me da caracterização geral da população com a qual intervi. Por isso, é importante começar por mencionar que estivemos a intervir com uma amostra de 18 famílias, que perfazem um total de 56 pessoas, da população da freguesia de Constance. Assim sendo, no presente capítulo irá ser analisada a informação objectiva e subjectiva recolhida ao longo do estágio, no âmbito do acompanhamento destas 18 famílias.

A informação objectiva, que é aqui sintetizada através de análise estatística, foi conseguida através da ficha do processo familiar, instrumento utilizado nos serviços de acção social, o qual traduz um processo familiar onde constam todas as informações acerca do acompanhamento destes indivíduos e/ou famílias. Por seu turno, a informação subjectiva, diz respeito a todos os dados que não podem ser tratadas estatisticamente, tais como as expectativas/aspirações destes indivíduos e as representações que os mesmos possuem face aos vários sistemas societários. Esta informação foi percebida através do acompanhamento a estas famílias no decorrer do estágio, o qual se concretizou no estabelecimento de uma relação de empatia entre as partes e a relação de ajuda aos indivíduos/famílias.

Só conhecendo é possível intervir e à medida que vou intervindo vou conhecendo. Quanto mais aprofundado for o conhecimento, tanto ao nível mais geral como ao nível mais específico, mais adequada será a intervenção. Por isso mesmo, a minha intervenção foi sofrendo alterações ao longo deste percurso, à medida que o conhecimento da realidade era aprofundado a intervenção alterava-se, ou seja, foi-se adaptando às necessidades da própria população-alvo, o que relaciona com o tipo de metodologia adoptada na intervenção.

Através da análise à amostra com a qual estive a intervir conheci as fragilidades que necessitaram ser trabalhadas, mas também as potencialidades que podem auxiliar no processo de saída da situação de exclusão em que o grupo se encontra. Assim sendo, todo o trabalho/intervenção dependeu do conhecimento que fui adquirindo acerca da realidade das famílias em estudo. Deste modo, quanto mais profundo foi sendo o conhecimento, mais a intervenção foi sendo ajustada, no sentido de ser mais eficiente no que respeita à resolução dos problemas que afectam esta amostra.

Posto isto, passo então, a fazer uma análise populacional, com o objectivo de caracterizar o grupo em acompanhamento.

### **2.1.1. Dados Demográficos**

#### **2.1.1.1. População Por Sexo e Escalões Etários**

No que concerne à amostra da população com a qual intervi, no decorrer do estágio, tendo em conta o gráfico nº 1, verifiquei que destas, 51,79% são do sexo masculino e 48,21% do sexo feminino. Deste modo, podemos referir que a população do sexo masculino é ligeiramente superior.

que vivenciam situações de nova pobreza, todas conheceram um processo que se foi reproduzindo de geração em geração.

Assim, denotou-se que tudo aquilo que foi transmitido pela família e pelas experiências familiares dos indivíduos em acompanhamento tem impacto nas expectativas e na forma como os mesmos encaram a sociedade. Quer isto dizer que o indivíduo é fruto das suas experiências pessoais, influenciadas essencialmente pela socialização primária e pelas experiências vividas no seio da família, o que condiciona a sua inclusão e, neste caso concreto, a exclusão da sociedade.

A família deverá ser entendida como um sistema aberto, cuja estrutura é influenciada por outros subsistemas, tal como é o caso da escola e do local onde se vive, por exemplo. É vital perceber, então, que tipo de interações a família estabelece com os diversos subsistemas, de forma a não centrarmos as causas dos problemas de integração social de um qualquer indivíduo somente na dinâmica familiar. No caso da amostra com a qual trabalhei, é visível uma frágil relação entre as várias gerações familiares e os vários subsistemas da sociedade.

Podemos mencionar que a herança cultural advinda destas famílias deixa transparecer uma certa desvalorização da escola, fruto das baixas qualificações e do percurso escolar pautado pelo insucesso que caracteriza grande parte destas famílias. Foram frequentes expressões do tipo: <sup>1</sup>“*Para que é que o meu filho vai para a escola? Não são os estudos que o vão sustentar!*”; “*Eu também nunca estudei e vou-me desenrascando, se ele (o filho) não quer ir também não vou obrigá-lo, vai trabalhar...*”. Assim, isto teve impacto na relação que estas famílias estabeleceram com o mercado de trabalho, que se pauta normalmente pela instabilidade e precariedade ao nível do emprego.

É também conhecido que a família deverá assegurar aos seus membros cuidados a nível físico, considerar as exigências e a regularidade dos apoios incumbida de prestar, favorecer a construção de vínculos afectivos que enraízem o desenvolvimento afectivo, social e cognitivo nas várias etapas de desenvolvimento do indivíduo, pois esta é uma forma de promover o indivíduo.

---

<sup>1</sup> Informação proferida por um elemento do sexo feminino de 58 anos pertencente a uma das famílias em acompanhamento

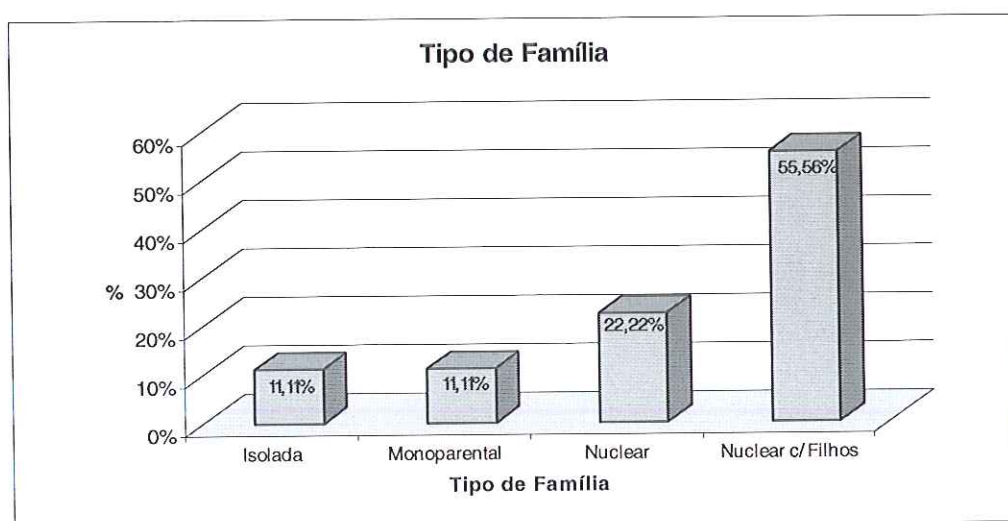
Convém, portanto, definir cada um dos tipos de família e verificar quais são os mais predominantes na população-alvo.

Uma família nuclear é normalmente constituída pelos dois progenitores e pelos seus filhos (normalmente 1 ou 2).

Por seu turno, as famílias alargadas são todas aquelas cujo agregado é constituído pelo conjunto de ascendentes, descendentes e colaterais do grupo familiar que coabitam sob o mesmo tecto. (ALARCÃO, M., 2000,346). As famílias extensas são aquelas constituídas por um núcleo com outros elementos.

Finalmente, deparei-me com as famílias monoparentais, as quais se designam por famílias onde a geração dos pais está apenas representada por um dos progenitores. Isto pode acontecer por várias razões, ou porque um dos progenitores abandona a casa e o que fica não volta a casar-se, ou porque são mãe ou pai solteiros. Nesta situação, o progenitor que fica com os menores a cargo, pode sentir maiores dificuldades no que respeita ao nível económico, principalmente se o outro progenitor não contribuir monetariamente para o saudável crescimento e desenvolvimento dos filhos.

**Gráfico N° 2**



**Fonte:** Ficha do processo familiar

Os tipos de famílias, constatáveis são: as “nuclear com filhos” que têm maior expressão no global desta amostra de população, uma vez que detém uma percentagem de 55,56%; seguidas das “nucleares”, que se apresentam em segundo lugar com uma percentagem de 22,22%. Assim sendo, as “famílias monoparentais” e “isoladas” são as que têm menos relevância no global da amostra, pois juntas totalizam cerca de 22,22 % do total.

A situação de famílias nucleares com filhos pode traduzir dificuldades económicas acrescidas, pelo que a necessidade de apoio, principalmente económico, por parte da Segurança Social se faz sentir com mais incidência, facto que serve para explicar que a maioria das famílias em acompanhamento sejam nucleares e com filhos.

Para sintetizar podemos mencionar que o percurso de vida destes indivíduos/famílias, de um modo geral, estão marcados por um grande nível de instabilidade económica. No caso das famílias nucleares, por vezes numerosas, vêem-se confrontadas com despesas acrescidas com os filhos em idades escolares.

No caso das monoparentais, verifica-se que estas se encontram desestruturadas visto um dos elementos não se encontrar presente, neste caso concreto é sempre o pai. Muitos destes não estabelecem qualquer tipo de relação com os filhos. Para além disto, verifiquei que mesmo as famílias dos actuais progenitores, sejam elas de qualquer tipo (monoparentais, nucleares, entre outras) também já vivenciaram situações semelhantes, ou seja, de desestruturação familiar.

Para além disto, em várias destas famílias existem episódios de constantes conflitos e agressões, físicas e psicológicas. Normalmente, subjacente a isto estão problemas de alcoolismo e toxicodependência.

É possível, então, referir que é notável a importância e o impacto que a família tem no quotidiano dos indivíduos, sendo que no caso concreto desta amostra, em grande parte das situações, a exclusão social que a atinge é de cariz intergeracional.

### 2.1.3. Educação

Para analisar o fenómeno da pobreza/exclusão social manifesta-se importante ocupar-me dos recursos culturais, que se prendem aos saberes certificados e relacionam-se, portanto, com a educação. É exactamente esta uma das dimensões que, pelo que foi referido, devemos abordar para uma melhor caracterização da minha população-alvo.

Deste modo, os recursos culturais, tal como já referi, remetem para os saberes certificados. Estes recursos (títulos académicos, diplomas) são susceptíveis de serem transformados num outro recurso, nomeadamente, o económico ou o social. Os diplomas, para além do capital cultural, podem representar capital económico, pelo acesso a um emprego estável, tornando-se assim, num recurso cultural eficaz.

Ter uma licenciatura há 30 anos atrás era uma condição necessária e suficiente para se aceder a um bom emprego. Hoje em dia, é uma condição necessária mas não suficiente, conseqüentemente torna os indivíduos que não a possuem mais vulneráveis à pobreza.

Uma vez que os indivíduos em acompanhamento não possuem esses saberes certificados e que cada vez mais é exigida uma maior qualificação para lugares anteriormente ocupados por indivíduos sem qualquer formação, ficam relegados a empregos de cariz mais instável e precário, ou até mesmo a situações de desemprego, o que concorre para a situação de exclusão social que os atinge.

“(…) O risco de desemprego é significativamente menor junto dos titulares de um diploma universitário do que aqueles que se limitaram à escolaridade obrigatória ou, então, abandonaram a escola sem concluir esse nível de escolarização” (QUEIROZ, GROS, 1996,17).

Nesta amostra, foi possível detectar, em larga medida, o fenómeno da desvalorização dos títulos, tal como nos referiu um indivíduo que acompanhei, <sup>2</sup>“para que é que me serve estudar? Eu vejo pessoas com estudos desempregadas na mesma”... “quero é ir trabalhar, não quero saber da escola para nada, estou farto de pedir dinheiro e a minha mãe nunca ter para me dar, quero começar a ganhar dinheiro

---

<sup>2</sup> Jovem de 15 anos, pertencente à população em análise, que pretende abandonar a escola.

*para as minhas coisas.”* O que indica uma disfunção entre as instituições educativas e as instituições que procuram emprego.

Sendo assim, torna-se vital que todos os cidadãos tenham as mesmas oportunidades de acederem a este recurso, e que possam cumprir, pelo menos, a escolaridade mínima obrigatória, o que não sucede com alguns dos indivíduos em acompanhamento.

Tendencialmente, estes abandonaram precocemente a escola devido, na grande maioria, à falta de recursos económicos, tal como comprova a seguinte afirmação: <sup>3</sup>*“aos doze anos eu tive que deixar a escola, tinha que trabalhar para ajudar a sustentar a minha família Mesmo quando estudava ainda ajudava a fazer alguma coisinha, ou então morríamos à fome”.*

A Constituição da República Portuguesa define a educação como um direito universal. Mais ainda, define que ao estado compete promover a democratização da educação, assim como as condições que concorrem para a “igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais, e culturais (...)” (Artigo 73º da Constituição da República Portuguesa).

No entanto, isto nem sempre se verifica, o que é perceptível no grupo em análise, uma vez que o indivíduo é influenciado pelas condições que caracterizam o seu modo de vida. Tal como acabei de verificar, o indivíduo vê-se, muitas vezes, obrigado a desistir da escola para trabalhar, de forma a enfrentar as adversidades económicas que a família vive. O estado garante a gratuidade do ensino, contudo negligencia o facto de muitas famílias serem alvo de graves carências económicas. Os jovens vêem-se obrigados a procurarem emprego, porque podem funcionar como suporte económico para estas famílias.

Isto é verificável também na população-alvo, <sup>4</sup>*“gostava de ter continuado a estudar, até aprendia bem, mas tive que deixar a escola aos 12 anos porque vivíamos com muitas dificuldades. Os meus pais não tinham dinheiro para tudo e eu tive que ajudar nas despesas (...)”*

Tal como defendem também João Ferreira de Almeida e Luís Antunes Capucha (1992), as razões fundamentais para o abandono precoce da escola prendem-se, essencialmente, com as

---

<sup>3</sup> Mãe do Jovem de 15 anos, pertencente à população em análise, que pretende abandonar a escola.

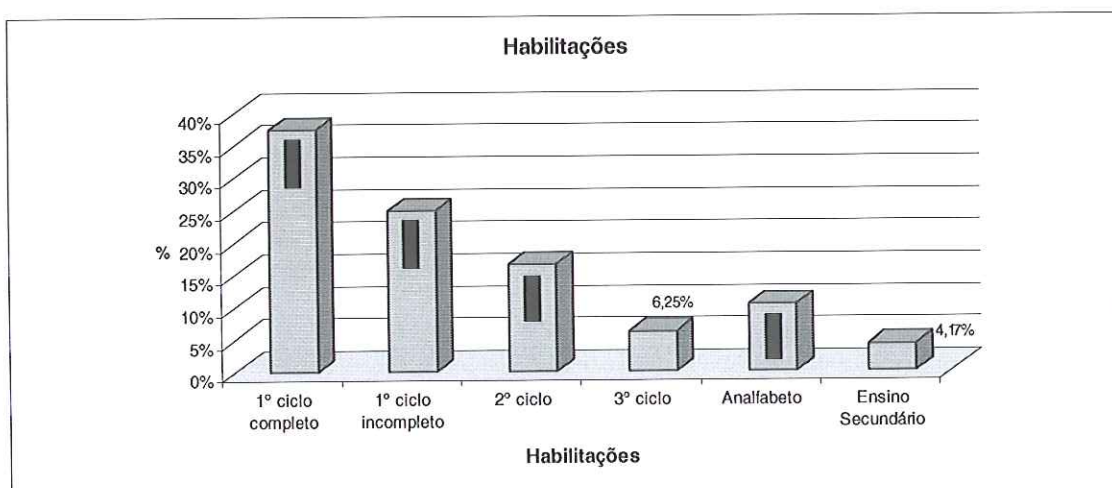
<sup>4</sup> Progenitor de 38 anos de uma das famílias em acompanhamento.

dificuldades financeiras vivenciadas em determinados agregados, a intenção de ingressar no mercado de trabalho, as dificuldades económicas e a situação de desemprego dos pais. Por seu turno, a reprovação traduz, igualmente, um indicador da possibilidade de desistência da escola.

Segundo os mesmos autores, e tendo por base esta amostra, o insucesso escolar traduz-se num fenómeno que afecta essencialmente as crianças das famílias mais desfavorecidas, manifestando-se como sintoma e confirmação de situações de exclusão económica, social e cultural.

### 2.1.3.1. Níveis de Instrução da População

Gráfico N° 3



**Fonte:** Ficha do processo familiar

Analisando, agora, o gráfico acima exposto constata-se o predomínio das baixas qualificações, somente 37,50% destes indivíduos completaram o 1º ciclo, sendo que 25,00% da população da amostra ainda não completou o 1.º ciclo, e 10,42% não possui qualquer nível de instrução.

“Actualmente, embora as taxas de escolarização tenham já atingido valores elevados para a população em idade escolar, fazendo crer que as novas gerações serão muito menos afectadas pelo problema do analfabetismo, é

ainda acentuado o insucesso escolar, traduzido por elevadas taxas de repetência e abandono do ensino básico, primário e preparatório” (ALMEIDA, CAPUCHA, 1992,51).

De um modo geral, verifica-se que a amostra em estudo detém baixas qualificações escolares, o que vai influenciar a integração laboral das mesmas. Assim sendo, os indivíduos com baixas qualificações são, normalmente, relegados para trabalhos precários e desqualificados socialmente, aos quais estão, não raras vezes, associados os baixos rendimentos, sendo este o caso das pessoas em acompanhamento.

Podemos, então, referir que as baixas qualificações podem manifestar-se como um factor fulcral na inserção/exclusão social dos indivíduos. Quem possui mais handicaps ao nível educacional, à partida, terá também mais dificuldade em aceder ao mercado de trabalho, ou quando o consegue, normalmente, é em empregos que a sociedade define de baixo estatuto, já que não são profissões prestigiantes e bem remuneradas.

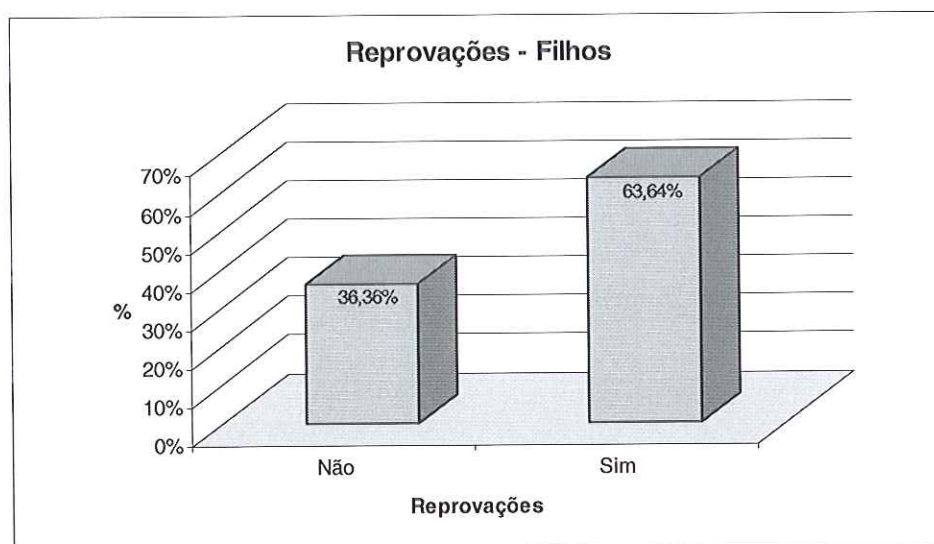
#### **2.1.3.2. Insucesso Escolar**

Entenda-se por insucesso escolar a grande dificuldade que pode experimentar uma criança ou jovem em acompanhar a formação escolar correspondente à sua idade. A causa atribuída a esta dificuldade não se esgota numa só. O (in)sucesso escolar pode ser determinado por múltiplos factores, sendo que se deverá questionar não só o próprio indivíduo como também a própria escola, família, grupo de pares, contexto habitacional, entre outros. No fundo, para compreender o (in)sucesso escolar é necessário questionar a socialização primária e secundária da criança/jovem.

Por seu turno, “ (...) abandono ou desistência significa que um aluno deixa a escola sem concluir o grau de ensino frequentado” (BENAVENTE, 1994,26), sendo várias as razões para tal desistência ou abandono.

No caso português, o insucesso escolar e o abandono escolar precoce traduzem duas situações que perduram e preocupam pelas suas repercussões a vários níveis, sendo Portugal um dos países da União Europeia com piores indicadores face a estes fenómenos.

**Gráfico N° 4**



**Fonte:** Ficha do processo familiar

Segundo o gráfico exposto, verifica-se que no caso da população-alvo a taxa de reprovação é bastante significativa, uma vez que do total de crianças/jovens que frequentam a escola 63,64% já reprovou, pelo menos uma vez, ao passo que somente 36,36% nunca ficou retido.

A partir do contacto sistemático com esta amostra verifica-se que, ao chegar à escola, estas crianças/jovens confrontam-se com um conjunto de experiências e regras, que nada têm a ver com as suas. Por sua vez, a escola provoca sentimentos de frustração junto dos mesmos, os quais são provenientes de ambientes onde a motivação e as competências escolares não são suficientemente apreciadas e recompensadas, visto que estas famílias não valorizam a escola, não a acreditam como uma forma de contrariar o processo de exclusão social que as afecta. Da mesma forma, a irregularidade da frequência escolar destas crianças/jovens é afectada pela instabilidade no seio familiar.

O abandono precoce da escola por parte de grande parte da população-alvo, levou a que as actividades profissionais dos mesmos se iniciasse muito cedo, ocorrendo assim uma situação de falsa maturidade e autonomia, uma vez que se viram confrontados com problemas, relações sociais e laborais para as quais não estavam estruturalmente preparados. Este é também o risco que correm os seus filhos, caso o insucesso e abandono escolar se repercute neles.

Deste modo, o problema do insucesso escolar obriga a conhecer a instância escola, enquanto instituição de socialização secundária. Contudo, obriga também a compreender a instância família, enquanto instituição de socialização primária.

O desfasamento existente entre a cultura escolar e a cultura das famílias mais desfavorecidas pode servir para explicar o insucesso escolar que afecta os jovens oriundos de meios sociais mais desfavorecidos.

Considera-se que os pais de diferentes meios sociais têm diferentes modos de intervenção e expectativas quanto à escolaridade e ao futuro profissional, o que vai ter influencia no (in)sucesso escolar dos alunos.

O comportamento parental e as práticas educativas são influenciadas em grande medida pela história de desenvolvimento dos próprios pais, pelo que a cultura familiar dos jovens provenientes das famílias que acompanhei invalida a cultura escolar, visto não valorizar o saber que advém da instituição escolar.

Assim, existem diversos factores que podem influenciar o percurso escolar das crianças/jovens, tais como a idade, a origem de classe ou a certificação escolar dos progenitores. Então, ao passo que os níveis de habilitações escolares dos progenitores aumentam, aumenta também o número de jovens que mantêm a condição de estudante por períodos de tempo mais longos e obtêm títulos escolares mais valorizados.

Como é evidente, a herança familiar não é garantia de que o insucesso e o absentismo escolar não se preconizem, no entanto ela parece reduzir significativamente a probabilidade desta situação se verificar.

É possível acrescentar que uma das razões fundamentais para a desvalorização destas famílias em relação à escola e ao saber escolar assenta no facto da escolarização traduzir encargos para as famílias, por um lado, e por outro porque encontram uma reduzida utilidade da escolarização para o futuro das crianças/jovens. Os filhos de algumas das famílias em acompanhamento, oriundas de meios populares, traduzem casos de insucesso escolar, uma vez que os próprios pais já passaram pela mesma experiência escolar. Para além disto, estas famílias têm, normalmente, as suas referências a outras trajectórias de vida, que não valorizam de todo a escola e que não lhe reconhecem importância, o que as leva a concluir acerca do valor e da utilidade da escola para melhorar as suas condições de vida, ou o oposto.

O lugar ocupado pela escola nos projectos de vida destas famílias depende das circunstâncias e do leque de possibilidades, não estando determinado, então, de forma irreversível. Isto é, a escola encontra-se oscilante entre um desinteresse mais ou menos manifesto e algum interesse alternativo.

Por outro lado, a escola, com as suas normas, valores e regras, invalida o saber proveniente das classes populares, mas por sua vez as classes populares invalidam também o saber escolar.

#### **2.1.4. Emprego/Desemprego**

Uma outra dimensão que podemos abordar no presente relatório é a do emprego/desemprego, uma vez que as condições dos indivíduos e famílias perante o trabalho são um aspecto que, directamente, influenciam o problema da inclusão ou exclusão social. O trabalho traduz-se numa fonte de relacionamentos sociais, já que incentiva a participação na vida em comunidade, para além de ser uma forma de obtenção de rendimentos, tendo o efeito contrário em caso de desemprego.

O emprego é mais do que um meio que permite a obtenção de recursos. Trata-se de uma dimensão simbólica que facilita o alargamento das redes relacionais e que faz com que o indivíduo se sinta útil. Quando a pessoa tem uma ocupação profissional adquire uma identidade profissional, o que é socialmente aceite e mesmo valorizado. Se pelo contrário, esta se encontra em situação de desemprego, tal como sucede em alguns indivíduos da população-alvo, provoca uma sensação de impotência e de inutilidade que conduz a um sentimento de desvalorização pessoal e à destruição de redes relacionais, o que pode conduzir para situações de exclusão social. Convém antes de mais analisar, de forma geral e sucinta, esta população segundo a sua ocupação.

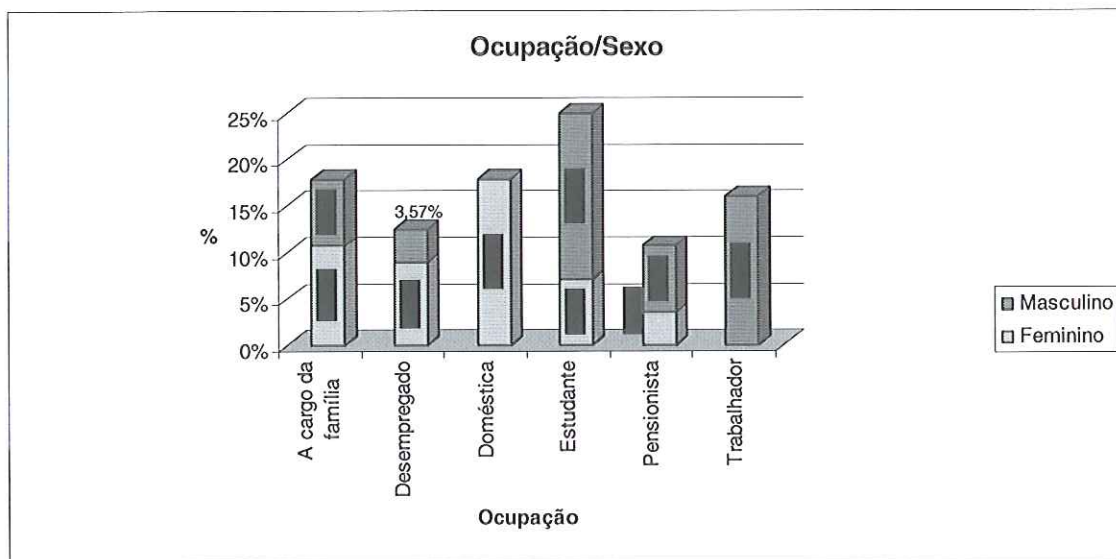
#### **2.1.4.1. Emprego**

Pode-se dizer que o trabalho é um dos sistemas de oportunidades mais importantes, uma vez que este traduz um meio de obtenção de recursos materiais necessários à aquisição de bens e serviços que garantem a sobrevivência dos indivíduos. Assim, “O trabalho é a produção material na prestação de um serviço ou no exercício de uma função, que tem como resultado uma utilidade que pode ser material, social e pessoal. Para que isso aconteça, são precisas mediações que podem ser técnicas e organizacionais.” (FREIRE, 1993,17).

É também através do trabalho que os indivíduos, normalmente, se auto-realizam, servindo como um estímulo à auto-estima. Neste sentido, a consequência mais imediata do desemprego é a perda de rendimentos, o que nesta amostra traduz-se num problema de extrema gravidade na providência de alimentos e segurança. Consequentemente, o desemprego provoca nestas pessoas uma sensação de impotência e inutilidade que estimula um sentimento de desvalorização pessoal e que conduz à destruição das suas redes relacionais.

O trabalho desempenha uma função muito importante na nossa sociedade actual, já que é uma via para o indivíduo ser socialmente aceite e sentir-se socialmente integrado. Por tudo o que representa o trabalho é que as pessoas se sentem tão perdidas e desorientadas quando ficam desempregadas.

Gráfico N° 5



Fonte: Ficha do processo familiar

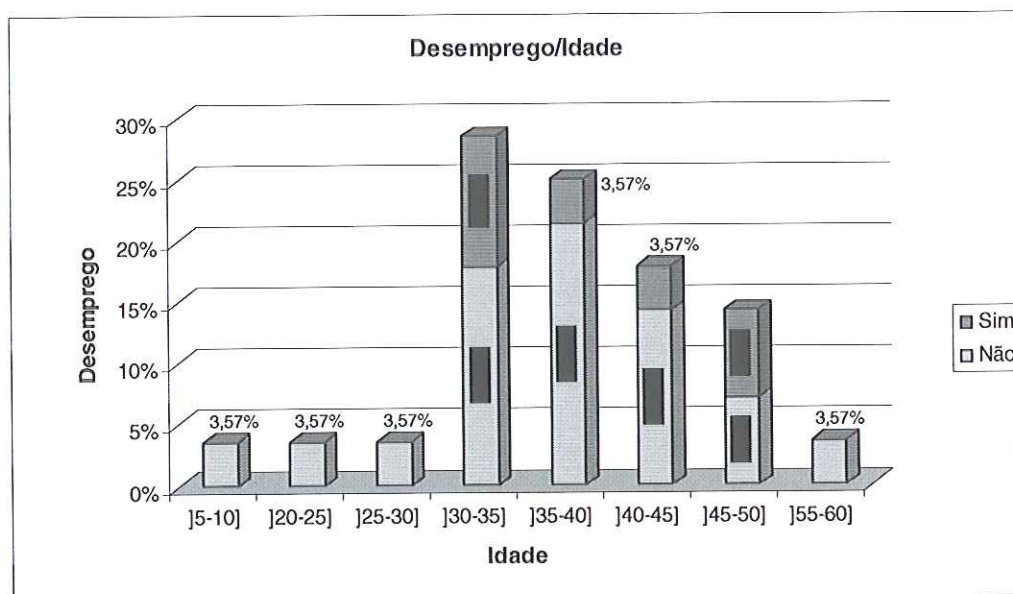
É possível mencionar que a ocupação com mais expressão nesta amostra refere-se á de estudante com 25% do total da amostra. A destacar o elevado número de crianças a cargo da família 17,86%, e conseqüentemente, o grupo feminino sem qualquer ocupação, resultante deste encargo com os menores, detêm 17,86%. Importa referir que os 16,07% de trabalhadores são homens.

#### 2.1.4.2. Desemprego

O desemprego “significa estar «sem trabalho»” (Giddens, 2000), o que se pode traduzir numa experiência extremamente perturbadora para aqueles que estavam habituados a ter empregos seguros, uma vez que o emprego é um elemento estruturante da constituição psicológica do indivíduo.

Segundo João Ferreira Almeida “a ligação entre desemprego e pobreza é de fácil e rápida percepção, tornando-se mais significativa em situações de desemprego de longa duração ou de trabalho temporário” (ALMEIDA, 1992).

Gráfico Nº 6



Fonte: Ficha do processo família

No que refere à estrutura etária do desemprego, pode-se mencionar que este é mais significativo entre os 30 – 35 e os 35 – 40 anos, e regista-se com mais incidência no sexo feminino. As razões para tal encaixam-se, por um lado, no facto da maioria das mães se encontrarem a cuidar dos seus filhos e do lar. A entrada no mundo laboral é – lhes vedada uma vez que não dispõem de equipamentos voltados para apoiar os menores que têm a cargo (creches, infantários, amas).

### 2.1.5. Saúde

A saúde é um bem e um direito de todos cidadãos, constituindo um investimento nas pessoas e um poderoso factor de reforço da coesão e do desenvolvimento económico e social. Actualmente, o termo saúde define-se como um “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (FERREIRA, 1990). Na realidade, a política de saúde é uma das políticas sociais que contribui decisivamente para uma sociedade mais solidária e mais justa.

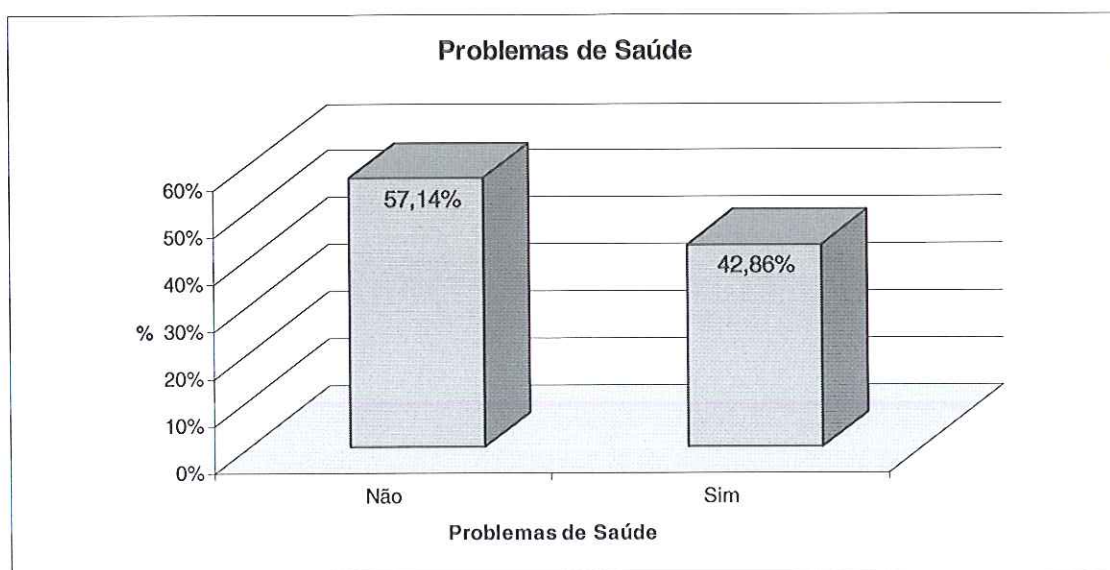
Em Portugal, a situação do sector da saúde degradou-se fortemente nos últimos anos, apresentando contornos de extrema gravidade, sendo, hoje, generalizadamente reconhecida a

desorganização e degradação do Serviço Nacional de Saúde, com o crescimento descontrolado das despesas públicas e défices elevados, frustrando o direito dos cidadãos ao acesso generalizado e da qualidade aos cuidados médicos. O difícil acesso aos serviços públicos, com formação de enormes listas de espera, penaliza fortemente os grupos sociais mais desfavorecidos, ou seja, este é um forte factor de exclusão social.

O fenómeno da exclusão social e da pobreza é multidimensional, como tal existem várias dimensões que concorrem para o seu surgimento, entre elas a Saúde. Existem determinados problemas de saúde que vetam, ao indivíduo, o acesso ao mercado de trabalho, e consequentemente podem provocar problemas ao nível da insuficiência/ausência de rendimentos. Pode também acontecer que devido à ausência de saúde o rendimento do indivíduo não seja o necessário e adequado ao desempenho das suas funções, podendo levá-lo à exclusão pela própria sociedade.

“As condições de saúde de uma população relacionam-se fortemente com o nível de desenvolvimento sócio-económico pois dependem, por um lado, da capacidade de oferta em quantidade, qualidade e eficiência de serviços de saúde e da sua acessibilidade e, por outro, das condições gerais de vida, que se reportam à alimentação, à habitação, ou ao meio ambiente” (ALMEIDA, CAPUCHA, 1992,45).

**Gráfico N° 7**

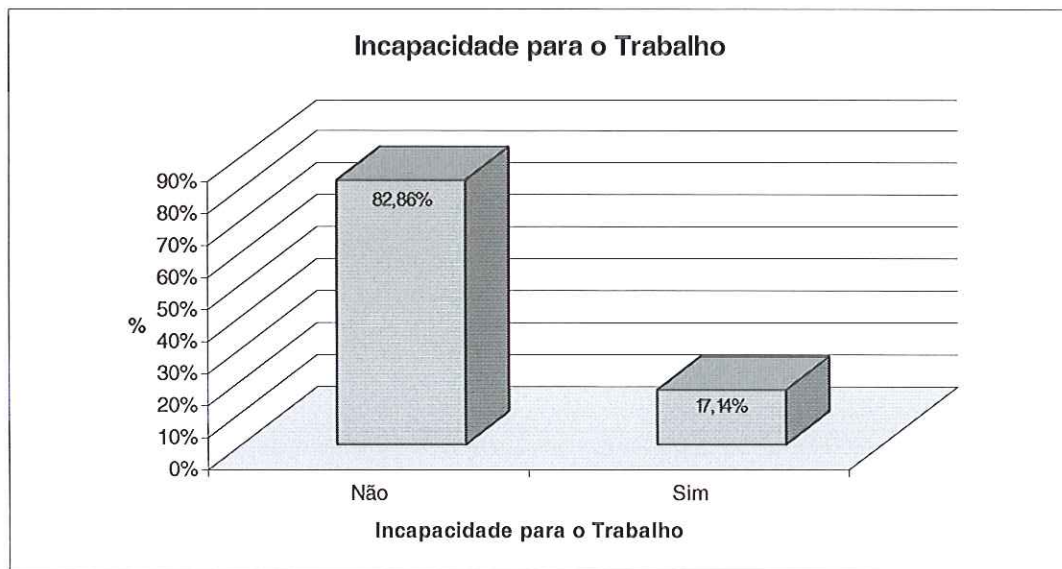


**Fonte:** Ficha do processo familiar

Tendo por base a análise do gráfico nº7, é possível mencionar que 57,14% destes indivíduos não apresentam problemas a este nível. É ainda de mencionar que destes, 42,86% possui problemas de saúde. Os principais problemas de saúde que atingem a população-alvo são os relacionados com a toxicod dependência e o alcoolismo. Para além destes, é ainda de referir que os problemas ao nível psicológico (esquizofrenia, síndromes depressivos, entre outros) surgem com alguma frequência, nomeadamente nas mulheres e nas crianças/jovens.

No entanto, verificando o gráfico que se segue constata-se que grande maioria da população, 82,86% não possui incapacidade para o trabalho, o que constituirá uma potencialidade, um factor de inclusão.

**Gráfico Nº 8**



**Fonte:** Ficha do processo familiar

Os problemas de saúde podem advir dos modos e das condições de vida em que estes indivíduos/famílias sempre viveram. Assim, interiorizaram sentimentos de estigmatização e inferioridade face à sociedade pelo que desenvolvem este tipo de problemas. Podem também ser fruto desta nova condição de privação e exclusão, na qual se inserem situações de nova pobreza.

### 2.1.6. Habitação

Tal como foi desenvolvido anteriormente, tendencialmente a problemática da pobreza é associada à falta de meios monetários, dado que o acesso a bens materiais e imateriais é altamente comprometido quando não existem, ou quando são escassos os recursos económicos. No entanto, um olhar mais profundo sobre este fenómeno, leva a concluir que os recursos económicos, por si só, não são garantia da saída da situação de pobreza.

Vivemos numa sociedade que defende que a organização social deve permitir e até mesmo incentivar o indivíduo à mobilidade social ascendente, não estando este “condenado” a reproduzir a condição na sua vida de origem. No entanto, dado vivermos em sociedades hierarquizadas, sabemos que a mobilidade social não é para todos, e que para ascender socialmente é necessário ter acesso aos recursos socialmente valorizados (simbólicos, relacionais, culturais e económicos).

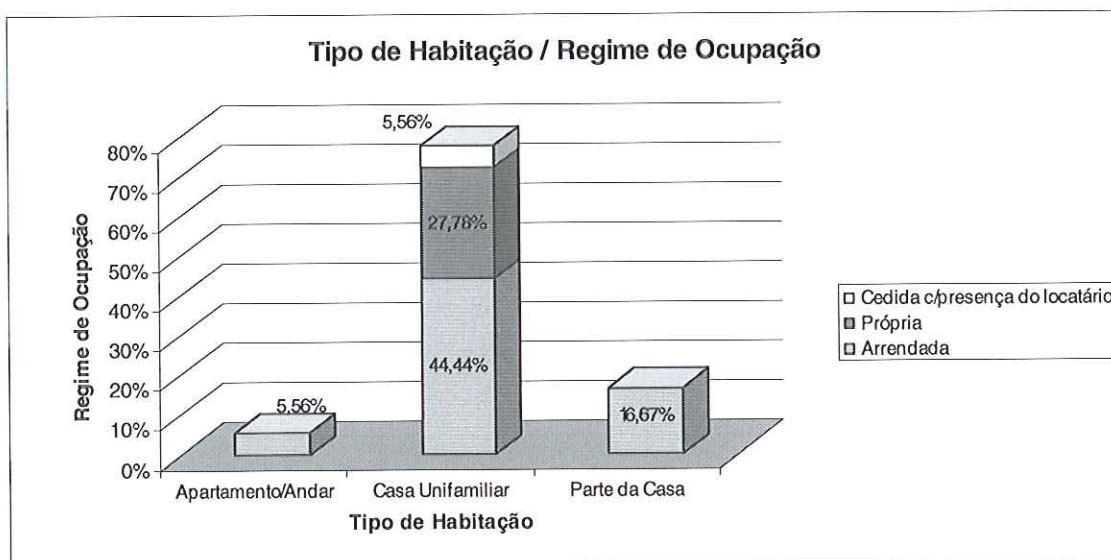
Estudar a pobreza é estudar os mecanismos geradores de desigualdades, inclusive ao nível habitacional, uma vez que “as condições de habitação constituem indicador privilegiado para a detecção das fracções mais marginalizadas da população” (ALMEIDA, CAPUCHA, 1992,41).

As más condições urbanísticas, a falta de equipamentos e serviços e as dificuldades materiais dos moradores constituem um conjunto de características. Estas associadas à grave restrição de oportunidades de integração social levam os moradores a desenvolverem sentimentos de vergonha, por se inserirem numa zona residencial estigmatizada. Ou seja, “as conotações negativas atribuídas ao território tendem a afectar o valor dos moradores na escala de prestígio social, o que, associado à acumulação de pessoas que partilham características muito idênticas geram fenómenos interactivos com implicações muito sérias sobre a socialização (...)” (QUEIROZ, GROS, 2002,126).

Por vezes, nestes meios sociais, os níveis básicos material, afectivo e cultural não são atingidos. Ou seja, são autênticos núcleos de aculturação onde se produz e reproduz a pobreza, trabalho sem atractivos e mal remunerados e ainda uma habitação degradada, muitas vezes sobrelotada e até desumana.

“(…) reconhece-se que a pobreza em Portugal é uma realidade muito complexa e pluriforme” (Silva, Manuela, et all, 1989,32), tornando-se possível especificar vários tipos de situações.

**Gráfico N° 9**



**Fonte:** Ficha do processo familiar

Relativamente à habitação, verifica-se que a esmagadora maioria da população vive em casa unifamiliar, sendo o regime de ocupação mais frequente o arrendamento, que torna evidente as condições económicas destas famílias. Assim, 5,56% da população da amostra reside em apartamento/andar. Por seu turno, 77,78% reside em casa unifamiliar. Os restantes 16,67% em parte de casa.

É ainda de acrescentar que a grande parte, 44,44% vive em habitação arrendada. 5,56% Vive em habitação cedida com a presença dos locatários, e 27,78% possui habitação própria. É de referir, no entanto, que dos que possuem casa própria, a esmagadora maioria contraiu empréstimo bancário para a sua aquisição, sendo que estão actualmente a pagar amortização, que se traduz na melhoria das condições de vida das famílias. Contudo isto pressupõe o aumento do recurso aos empréstimos bancários. Ou seja, o endividamento das famílias é cada vez maior, tal como sucede com os agregados em acompanhamento.

Em determinados casos o endividamento destas famílias ultrapassa a capacidade das mesmas o liquidarem, o que origina situações de despejo. Este é um factor de “novas exclusões”. No caso das famílias em acompanhamento, é de referir que algumas se encontram em risco de despejo, visto não possuírem condições económicas para o pagamento da amortização.

### **3. Plano de Acção**

O Plano de Inserção pode ser entendido como o “conjunto de acções estabelecido por acordo entre os Núcleos Executivos das CLA’s e os titulares do direito à prestação de Rendimento Mínimo e membros dos respectivos agregados familiares que visam, de forma adequada às respectivas instituições criar condições facilitadoras do acesso à sua autonomia social e económica.” (GUERRA, CHITAS, 1998,26).

A elaboração do presente projecto de estágio exigiu a construção de um plano de acção (Anexo 1), onde se apresentam os objectivos gerais e específicos, assim como, as acções e actividades planeadas.

O objectivo geral do projecto é contribuir para a inserção e promoção do bem-estar das famílias beneficiárias da prestação de RSI, com a finalidade de conduzi-las à integração social e torná-las capazes de buscar soluções originais para os seus próprios problemas.

Por tal, procede-se à elaboração dos diagnósticos de modo a identificar as causas que estão na origem dos problemas sociais e as suas relações de interdependência para, posteriormente, elaborar/negociar os programas de inserção que permitem combater esses mesmos problemas.

Para além destes objectivos específicos, torna-se necessário a promoção e o reforço das capacidades e competências sociais da população alvo, através da organização de espaços de interacção. Estes espaços têm como objectivo a promoção nos beneficiários de novas formas de pensar e reflectir sobre si, sobre seus comportamentos e relacionamentos sociais.

Este projecto apresenta uma perspectiva territorializada da intervenção, porque é no local que os problemas acontecem e nele deverão ser encontradas as soluções para os resolver, de forma integrada e ajustada às necessidades dos problemas dos indivíduos e/ou famílias, envolvendo todas as entidades que actuam em determinada comunidade. Por conseguinte, o plano de acção perspectiva a construção do diagnóstico sócio-local que exige uma análise global da situação do território, de forma a compreender os elementos que organizam as suas relações sociais e a analisar as ligações entre os diversos problemas da população; um conhecimento e análise da intervenção das diferentes instituições locais e respectivas dinâmicas institucionais existentes, bem como, a articulação com essas mesmas instituições.

O plano de acção prevê, ainda, os recursos necessários à realização desse mesmo plano e a metodologia utilizada. Quanto a este último aspecto, tem por base o princípio da complementaridade metodológica, já que se utilizará uma diversidade de fontes produtoras de informação, técnicas variadas e complementares para sua recolha, elaboração e tratamento.

Outro objectivo proposto no presente projecto de estágio, apesar de não estar mencionado no plano de acção, refere-se a identificar, analisar e trabalhar a percepção que os beneficiários têm do Rendimento Social de Inserção, assim como, avaliar os efeitos da medida, a partir da experiência dos próprios beneficiários.

Apesar do plano de acção apresentado, ao longo do seu desenvolvimento e concretização, poderá ter que haver um reajustamento dos objectivos preconizados e a alteração do conteúdo das acções.

#### **4. Dinâmicas e Estratégias de Inserção Social**

Tendo em conta que os fenómenos da exclusão social se manifestam multidimensionais, é possível mencionar que “...raramente podem ser assacados à responsabilidade individual. Na maioria das situações, a exclusão acontece num jogo entre o sistema (a sociedade, as instituições, os grupos organizados) e os actores (as pessoas individualmente consideradas, as suas capacidades e as suas incertezas)”. (SALDIDA, Isabel, 1998, 6)

A exclusão social deverá ser percebida como um fenómeno social, que não remete unicamente para o indivíduo. Para ser possível promover a inserção social deverão ser accionadas duas dimensões: uma delas passa pelos meios que os próprios poderão accionar; uma outra pela disponibilização de meios para combater este fenómeno pela sociedade (SALDIDA, Isabel, et alli, 1998, 6).

No projecto “Caminhos de Exclusão – Rotas de Inserção” tornou-se imprescindível accionar estratégias centradas na sociedade, incentivando a participação de diversos intervenientes/parceiros e a utilização de metodologias mais individuais, de forma a trabalhar o reforço de identidades destes indivíduos/famílias, o que está relacionado com a hipótese teórica associada a este projecto.

Pressupõe-se que a exclusão social traduz um processo dinâmico e cumulativo que deriva não só do posicionamento do indivíduo, mas também da organização da própria sociedade. Para combater este fenómeno torna-se então necessário intervir nestas duas dimensões, ou seja, o próprio indivíduo tem que ser trabalhado, contudo não podemos descurar do contexto em que este se encontra inserido.

#### **4.1. O Reforço da Auto-estima e da Identidade Sócio-cultural**

Tal como já foi mencionado, a hipótese operativa aqui expressa surge da identificação de diversos problemas relacionados com o eixo indivíduo/família e/ou grupo, a qual direccionou esta intervenção.

Ao longo do estágio, uma das dimensões trabalhadas, no sentido da inserção social destes indivíduos e/ou famílias, passou pelo reforço do auto-conceito, e consequentemente da auto-estima, da referida amostra, através de uma relação de ajuda individual e grupal, contribui para o desenvolvimento de trajectos de vida emancipatórios. Assim sendo, convém antes de mais clarificar estes conceitos.

O auto-conceito traduz uma variável da personalidade que inclui uma dimensão cognitiva e uma dimensão afectiva à qual se podem relacionar motivos, atitudes, valores, características da personalidade, pensamentos e sentimentos e ainda a auto-estima. Trata-se da ideia que o

indivíduo tem de si próprio no que diz respeito a características, relações, capacidades e competências. Isto é, assenta na avaliação que o indivíduo faz de si próprio em termos das suas capacidades, importância, sucesso e valor. (MOYSÉS, 2001)

A auto-estima, por sua vez, prende-se com os aspectos avaliativos e emocionais do indivíduo, pelo que se acredita que este conceito é caracterizado mais cedo que o auto-conceito, uma vez que se encontra mais ligado à afectividade, em detrimento da cognição. Assim, a auto-estima refere-se à confiança e à segurança que o indivíduo tem de si mesmo, mas também à necessidade de se sentir bom e prestigiado. Então, trata-se do somatório da capacidade pessoal e do sentimento de valor, de confiança e de respeito por si mesmo. (MOYSÉS, 2001)

Segundo o mesmo autor, na ausência de uma auto-estima positiva o desenvolvimento psicológico fica interdito, pelo que quanto mais elevada for a auto-estima de um indivíduo (adulto, jovem ou criança) mais apto este estará para enfrentar problemas e dificuldades, para celebrar com os outros relações enriquecedoras, bem como para se demonstrar generoso, respeitador e benevolente.

A auto-estima está presente em todas as vivências dos indivíduos/famílias em acompanhamento e proclama-se, cada vez mais, como uma necessidade, já que a sua (relativa) ausência compromete a integridade pessoal e social.

Deste modo, uma auto-estima positiva funciona como se fosse o sistema imunológico da consciência, já que a mesma é vital para o desenvolvimento normal e saudável do indivíduo, fornecendo-lhe uma maior resistência para enfrentar a vida e as suas adversidades. Assim sendo, a sua auto-estima elevada fortalece, dá energia e motivação, o que inspira o indivíduo a obter resultados positivos e lhe facilita o prazer e satisfação perante as suas realizações pessoais.

Ao passo que uma auto-estima elevada busca o estímulo de metas desafiadoras, sendo que alcançar os objectivos exigentes a que o indivíduo se propôs sustenta uma boa auto-estima. A baixa auto-estima procura apenas a segurança daquilo que é conhecido e que não é exigente, pelo que ao confinar-se a isto o indivíduo debilita a sua auto-estima.

Tornou-se fundamental que para inserir socialmente este grupo era urgente trabalhar no reforço da sua auto-estima e auto-conceito. Através da experiência recolhida do decorrer do estágio, foi perceptível que o valor da auto-estima não está somente restringido ao facto de permitir que o indivíduo se sinta melhor, mas pode permitir que viva melhor, já que possibilita ao indivíduo responder a desafios e oportunidades de forma mais rica e mais apropriada.

Segundo Gaulejac e Isabel Taboada, cada pessoa reage e adopta estratégias diferenciadas para situações objectivas semelhantes. Dito de outro modo, cada uma enfrenta os problemas sociais de forma diferente. A auto-estima é uma poderosa necessidade humana, que contribui de uma forma essencial para o processo de vida, sendo indispensável para um desenvolvimento normal e saudável.

O auto-conceito refere-se a um conjunto peculiar de ideias e atitudes que o indivíduo possui acerca da sua consciência num dado tempo. Por sua vez, a auto-estima corresponde à extensão na qual apreciamos ou valorizamos o “self”. Sob o ponto de vista teórico, o “self”, o auto-conceito e a auto-estima caracterizam o que sabemos, o que pensamos e o que sentimos acerca de nós próprios.

*“O Self somente pode existir para o indivíduo se este assumir o papel dos outros. A presença na conduta do indivíduo a tendência de actuar como os outros actuam pode, por conseguinte, ser responsável pelo aparecimento na experiência do indivíduo de um objecto social, ou seja um objecto que corresponde a complexas reacções de um determinado numero de indivíduos, assim será o aparecimento do self.” (MEAD, 1991,179).*

Concluindo, o modo como o indivíduo se vê a si próprio (auto-imagem, auto-conceito, auto-estima, no fundo o “self”) vai ter impacto no seu comportamento, influenciando-o. O indivíduo necessita de ter uma auto-imagem positiva de si próprio, de forma a poder aprovar e legitimar o seu comportamento. É por isto mesmo que os indivíduos, muitas vezes inconscientemente, munem-se de mecanismos de defesa, com o principal objectivo de preservar o “self”.

Partindo da experiência adquirida ao longo do estágio, verifiquei que a perda de identidade (positiva) provoca no indivíduo sentimentos de alienação e descrença em si mesmo e nas suas potencialidades. Assim sendo, as identidades negativas podem contribuir para a desinserção social do indivíduo, sendo necessário trabalhá-las no sentido de contrariar esta tendência. Daí ter-se manifestado fulcral o desenvolvimento desta hipótese operativa, nomeadamente através do Atendimento/Acompanhamento Social do grupo em estudo, bem como da organização de sessões colectivas.

#### **4.2. Atendimento/Acompanhamento Social**

O Atendimento/Acompanhamento Social, trata-se de uma resposta social, referente a um modo de intervenção dinâmico baseado na relação interpessoal. É um meio através do qual se procura obter resposta para um determinado tipo de necessidade. Trata-se, então, de um espaço de mediação entre a necessidade/problema ou pedido do cidadão e o interesse ou resposta das instituições públicas e privadas. Não é em si um objectivo, mas uma prática de intervenção ao dispor do técnico, visando a inserção e a promoção dos direitos fundamentais.

O Atendimento/Acompanhamento Social deve ser entendido como um serviço técnico especializado, potencialmente dirigido a toda a população, desenvolvido pelo Estado, pelas Autarquias e por Instituições privadas sem fins lucrativos (que para tal tenham celebrado acordos ou protocolos com a Segurança Social).

O principal objectivo do Atendimento/Acompanhamento Social passa por promover a autonomização dos indivíduos e famílias, mediante a participação activa dos mesmos no seu processo de mudança.

A prática do Atendimento/Acompanhamento Social é entendida como o conjunto de actos técnicos, em interacção com o indivíduo/família, que apresenta qualquer problema, promovendo as suas potencialidades enquanto sujeito co-responsável pela compreensão, definição e planeamento de um projecto que favoreça as condições facilitadoras da sua inserção social.

Segundo Luísa Ferreira da Silva (2001), a relação entre técnico – utente deve pressupor, desde logo, a preocupação sincera com o outro. Na relação a estabelecer com o grupo em estudo importa respeitar o espaço e decisão da pessoa, deixando os indivíduos utilizarem os conhecimentos e competências que vão sendo postos à sua disposição.

Por outro lado, deve-se respeitar a capacidade de compreensão do indivíduo. Isto significa que se deve adoptar uma postura de respeito por estes indivíduos na recolha de informação sobre a sua situação de vida, visto não ser fácil para estes partilharem e exporem a sua privacidade com alguém que lhes é, pelo menos inicialmente, desconhecido.

Esta relação pressupõe também a existência de um compromisso. A relação estabelecida com este grupo implica o assumir responsabilidades em relação à estratégia definida em função dos objectivos dessa interacção.

A aceitação e expectativa são outras das características da relação de ajuda. Deve-se interagir, no sentido de acreditar e respeitar a capacidade da mesma. Encarar os seus comportamentos e atitudes como tentativas e esforços para lidar com as situações que caracterizam os seus modos de vida. Por seu turno, a empatia, trata-se da atitude de compreender os sentimentos dos outros, implica a compreensão de como estas pessoas experimentam o processo de exclusão que vivenciam.

A relação profissional requer, contudo, a existência de um certo nível de autoridade, podendo esta ser de dois tipos: a que advém do facto de representarmos a instituição que integramos, tendo em conta os meios e objectivos do Instituto de Segurança Social, I.P; e aquela que deriva do estatuto e papel que a instituição nos atribui, enquanto profissionais.

Deverá, também, existir congruência. Quer isto dizer que, no âmbito de estágio, temos que ser verdadeiras e honestas, no sentido de existir consciência dos limites e potencialidades, tanto da instituição como do próprio indivíduo.

O Atendimento/Acompanhamento Social tem como ponto de partida o pedido ou problema, baseia-se na relação interpessoal, conjuga modos (mediação), meios (interlocução com o

exterior) e estratégias de intervenção com vista à obtenção do estudo, análise e interpretação (Diagnóstico) e à programação das acções, desenvolvimento da intervenção (Plano/contratualização para a inserção) e avaliação do processo.

Ao longo do acompanhamento social realizado à população-alvo, pretende-se o reforço de identidades positivas. Neste sentido, privilegia-se as entrevistas, as visitas domiciliárias e as sessões grupais.

A entrevista utilizada na relação entre técnico – utente, permite recolher informação de forma mais directa, captar a expressão corporal do indivíduo, bem como a sua tonalidade de voz e ênfase nas suas respostas.

O processo de intervenção com os indivíduos/famílias centra-se essencialmente na resolução dos problemas que estes apresentam. Normalmente, a situação é apresentada sob a forma de uma necessidade, ou seja, a pessoa apresenta o seu problema sob a forma de pedido. Na maior parte dos casos que integram a população em estudo os pedidos mais apresentados são o apoio económico, que habitualmente assume um carácter urgente. O problema subjacente identificado é a insuficiência ou, mesmo, ausência de rendimentos. Para além disto, estas pessoas apresentam baixos rendimentos. Podemos ainda acrescentar que estes pedidos económicos, no caso do grupo-alvo, destinavam-se quase sempre à aquisição de medicação, ao pagamento de renda ou também à liquidação de dívidas.

Neste sentido, manifesta-se importante a utilização da Ficha do Processo Familiar, na qual constam todas as informações relativas às famílias, nomeadamente os dados de identificação pessoal dos vários elementos do agregado, os problemas e pedidos apresentados, o tipo de respostas atribuídas e o diagnóstico individual/familiar. Este é, portanto, um importante instrumento ao dispor dos técnicos, uma vez que funciona como uma base de recolha e consulta de informação.

No que concerne às visitas domiciliárias, as quais permitem o contacto pessoal com a realidade local destas famílias, facilitam a observação das condições objectivas de vida, bem como das interacções familiares, das relações de vizinhança. Assim sendo, serve para

aprofundar o diagnóstico individual/familiar, já que, em geral, na “visita domiciliária vê-se a pessoa no seu meio ambiente de vida e podemos compreendê-la melhor.” (SILVA, et all, 2001,161).

Neste sentido, as visitas domiciliárias permitem verificar as condições de habitabilidade das famílias em questão, tais como a tipo de habitação, o espaço físico e envolvente, se existe sobrelotação, entre outras, dando uma visão qualitativa das suas condições de vida. A realização de visitas no domicílio permitem observar outras dimensões que concorrem muitas vezes para a situação de exclusão que caracteriza este grupo, entre elas o tipo de relação existente entre os membros da família (que podem ser conflituosas ou de entreajuda).

Com vista ao combate da exclusão social surgiu um novo mecanismo, o Rendimento Mínimo Garantido (R.M.G.), o qual foi recentemente substituído pelo Rendimento Social de Inserção (R.S.I.). Apesar de ter sofrido algumas alterações, R.M.G. e R.S.I. fundamentam-se essencialmente no mesmo objectivo, a promoção da inserção.

Os indivíduos em acompanhamento são beneficiários do R.S.I., pelo que requerem um acompanhamento mais sistemático, no sentido de ser avaliada periodicamente a evolução da situação. Manifesta-se importante, então, a realização de várias entrevistas, visitas domiciliárias, sessões grupais, entre outras.

Um dos objectivos do acompanhamento social passa pela recolha de informação, no sentido de aprofundar o diagnóstico individual/familiar. Será com base neste diagnóstico que se elabora o Plano de Inserção, o qual pretende a promoção do indivíduo, bem como a sua inserção.

Esta medida deverá, portanto, ser entendida como um meio ao invés de um fim. Pretende promover a inserção através do emprego, pela organização de diversas e novas actividades, pela promoção de formas de ocupação dos tempos livres, pela modificação do olhar do Homem sobre si mesmo e sobre os outros, entre outras.

È possível mencionar que o Plano de Inserção pretende favorecer a responsabilização e a participação do indivíduo/família, na medida em que pretende torná-lo activo no seu próprio processo de promoção. Assim, ao responsabilizar o indivíduo/família pretendemos torná-lo mais activo, pelo que pretendemos a sua participação, a qual *“apela a um “compromisso” entre todos os intervenientes de um processo e muito especialmente daqueles de quem é destinatário.”* (GUERRA, 2000)

Face a isto, manifesta-se importante a contratualização de todos os indivíduos/famílias, beneficiários de R.M.G./R.S.I., visto que cada um deles necessita que o seu processo seja trabalhado de forma mais aprofundada e sistemática, de modo a que o seu plano de inserção seja também mais adequado à sua realidade. Para além disto, a contratualização permite que fiquem expressos os benefícios e obrigações de cada uma das partes. Ou seja, neste processo o indivíduo/família e o próprio técnico comprometem-se formalmente a cumprir determinadas acções por eles negociadas.

O acordo de inserção pode ser definido como a fase do acompanhamento social em que o conjunto de intervenientes no processo (indivíduo/família e serviços) estabelecem, após a elaboração do diagnóstico técnico daquela família, compromissos mútuos, os quais são definidos através da programação de acções ou diligências a concretizar, num dado período de tempo. Dito de outro modo, o programa de inserção pode ser definido como o conjunto de direitos e deveres de cada interveniente, os quais são fundamentais à inserção social do indivíduo/família. (Guião Operativo para o Atendimento/Acompanhamento Social: Caderno B – Contratualização para a Inserção: 15).

Para finalizar, é possível mencionar que estes acordos de inserção são, geralmente, assinados por um período de 1 ano, pelo que quando findar este prazo a situação deverá ser reavaliada. Contudo, caso a situação se altere, durante o referido período, este acordo deverá, do mesmo modo, ser reavaliado.

Sintetizando, pretende-se “desenvolver a contratualização entre os agentes e os cidadãos, assegurando que todas as pessoas em situação de exclusão social serão individualmente abordadas pelos serviços locais de acção social, com vista à assinatura no prazo de um ano, de um contrato de inserção social, adequando à sua situação concreta e envolvendo conforme os casos medidas na área da educação e formação, habitação, saúde, protecção

social, rendimento e acesso a serviços.” (Guião Operativo para o Atendimento/Acompanhamento Social – Caderno A:4)

### **4.3. Organização de Sessões Colectivas**

Uma vez que existem regularidades nos problemas da população torna-se mais eficaz o trabalho em grupo, por isso mesmo entendo a importância da realização de sessões colectivas. Tendo em conta que grande parte destes indivíduos são beneficiários de R.S.I., tal como já havia sido referido, torna-se pertinente a realização de uma sessão acerca desta medida, a qual terá como principal objectivo informar os beneficiários e requerentes desta prestação acerca do conteúdo da medida, bem como dos seus direitos e deveres. Para além disto, pretende-se clarificar o conceito de Plano de Inserção, uma vez que será objectivo a discussão e posterior assinatura do mesmo com todos os beneficiários.

Esta sessão aspirará a abertura de um espaço de debate, com vista a permitir a clarificação de dúvidas mais específicas e a possibilidade dos beneficiários exprimirem a sua opinião acerca desta medida, apelando à participação destes indivíduos/famílias.

Serão realizadas duas sessões acerca do tema “Técnicas Activas de Procura de Emprego”, com o objectivo global de dotar este grupo de todo um conjunto de conhecimentos e instrumentos que facilitam a procura e o acesso ao mercado de trabalho.

O primeiro momento tem como principal objectivo informar acerca do funcionamento e objectivos do centro de emprego. Depois, elucidar os vários instrumentos úteis na procura de emprego, tais como o Currículo Vitae, Carta de Apresentação e Carta de Candidatura Espontânea. Num segundo momento estas sessões têm um carácter mais prático, na medida em que se procura apoiar na elaboração do Currículo Vitae de cada indivíduo.

Podemos, desde já, mencionar que este tipo de sessões assenta num conjunto de técnicas de animação de grupo, baseadas na relação de ajuda, que pretendem facilitar a participação autónoma destes indivíduos nas actividades, de forma a promover um auto-conceito e auto-estima positivos.

Um outro factor promotor da participação destes indivíduos neste tipo de acções traduz-se na metodologia utilizada no decorrer destas sessões.

Deste modo, visto que os destinatários destas sessões são pessoas com baixas qualificações escolares, ou até mesmo analfabetas, tal como se verificou no capítulo anterior, a sua apresentação será preparada de forma simples e clara, com vista a permitir a fácil compreensão dos diapositivos.

Para finalizar, é possível apenas acrescentar que a metodologia adoptada tem o intuito de tornar as pessoas mais activas, no sentido de captar a sua atenção/concentração. A forma como são conduzidas as sessões, nas quais prevalece o método interactivo, permite uma maior proximidade, facilita a participação e a partilha de ideias entre todos os intervenientes.

Os contextos informais deverão ser valorizados e explorados na medida em que possibilitam perceber determinadas interações que em contextos mais formais nunca poderiam ser visíveis.

Estas sessões contribuirão essencialmente para um melhor e maior esclarecimento do grupo em relação aos vários temas tratados, bem como para dotá-los de todo um conjunto de conhecimentos que lhes serão úteis no seu dia-a-dia, nomeadamente na procura de emprego. O investimento numa intervenção individualizada, através de uma relação de ajuda individual e grupal, adequada às necessidades de cada indivíduo/família, permitirá trabalhar no reforço da auto-estima e da identidade sócio-cultural dos mesmos.

## 5. Reflexões Finais

É importante agora dedicar uma parte deste relatório à reflexão do trabalho desenvolvido, ao longo deste ano, na equipa local da Unidade de Acção Social de Marco de Canaveses, no âmbito do projecto “Caminhos de Exclusão – Rotas de Inserção”.

Face a isto, é importante este momento de reflexão, uma vez que permite obter considerações acerca do trabalho desenvolvido ao longo do estágio. Importante será referir que era pretendido adequar a teoria à prática de intervenção, através do contacto com a realidade em contexto de estágio. Neste sentido, ao ser integrada na mencionada equipa, manifestou-se necessário aprofundar o conhecimento teórico, adquirido ao longo da licenciatura, para que a intervenção fosse também mais adequada às necessidades de franjas da população desfavorecidas.

Qualquer interventor para promover a inserção social dos indivíduos deverá dotar-se de todo um conjunto de saberes científicos. Posso dizer que para mim, no âmbito de estágio, manifestou-se de extrema importância os saberes teóricos adquiridos ao longo da licenciatura, já que estes me permitiram romper com as ideias pré-concebidas. É de mencionar que este se mostra um processo bastante complexo, uma vez que o saber profissional não é neutro, fundamenta-se em saberes doutrinários, políticos, científicos e académicos. Assim sendo, a intervenção está susceptível a condicionamentos históricos, opções ideológicas e científicas, assim como, à história de vida de cada um de nós.

Tendo em conta que a exclusão social se trata de um fenómeno multidimensional e estrutural, que possui carácter cumulativo, dinâmico e persistente, para promover a inserção social das 18 famílias acompanhadas foi necessário intervir em torno do eixo que se prende com a autonomia e a auto estima dos indivíduos que constituem os agregados que acompanhei. A equipa que integrei era multidisciplinar dada a especificidade do fenómeno, o que a meu ver permitiu responder eficazmente a problemáticas mais complexas.

Sintetizando, podemos mencionar que o conceito de exclusão social deve ser percebido enquanto processo condicionado pelas condições estruturais e objectivas, mas também pelas disposições individuais, o que proporcionou o levantamento da hipótese operativa trabalhada neste relatório: O reforço da auto-estima e da identidade sócio-cultural, através de uma relação de ajuda individual e grupal, contribui para o desenvolvimento de trajectos de vida emancipatórios;

Para contrariar o fenómeno da exclusão social tornou-se indispensável a intervenção ao nível da identidade sócio-cultural do grupo-alvo e o desenvolvimento do trabalho em parceria e territorializado, que permite uma melhor adequabilidade de respostas.

Face às necessidades da população alvo, foram utilizadas metodologias individuais e colectivas. Embora tivessem prevalecido as acções mais individualizadas, até porque a própria instituição assim o promove, tentei inovar nas formas de intervenção, apostando em técnicas grupais, as quais se manifestaram mais eficientes na promoção das identidades positivas destes indivíduos. Em termos gerais optei por elaborar uma planificação flexível e aberta que facilitasse a integração, a potenciação e a imprevisibilidade que caracteriza a intervenção em Serviço Social; Adquirir metodologias qualitativas que contribuíssem para uma melhor e mais profunda compreensão da realidade com a qual interviro, bem como o recurso a metodologias variadas de recolha de dados, tais como a observação directa e participante, pesquisa documental, entre outros, e a diversas fontes de informação, como por exemplo os técnicos, outros profissionais e também a população, com vista a entrelaçar conhecimentos advindos dos vários actores sociais envolvidos.

Mais verifiquei com esta experiência que se torna imprescindível uma postura de distanciamento, por parte do investigador, que equilibre a relação entre o investigador e a população e que facilite a objectividade do seu estudo, o que implica, por um lado, o recurso a um quadro teórico que sustente as suas práticas e, por outro, a procura e o recurso a instrumentos metodológicos flexíveis que possibilitem a regulação do processo de pesquisa e acção, o que facilita o (re)conhecimento e a (re)classificação das informações obtidas.

Os serviços ligados ao social encontram-se, de um modo geral, bastante sectorizados, sendo que privilegiam o acompanhamento mais individualizado, à semelhança do que acontece na

instituição em que decorreu o estágio que efectuei. Esta forma de funcionamento dificulta, por um lado, o trabalho de cariz grupal e, por outro, o accionamento de parcerias. As dificuldades em aplicar este tipo de metodologias são várias, os obstáculos inerentes ao trabalho em parceria e a escassez de recursos traduzem um entrave à intervenção.

Por sua vez, acredito que a realização de sessões colectivas funciona como uma mais-valia, na medida em que permite explorar um espaço de mediação e debate, no qual a partilha de experiências mostra a diversidade de situações de exclusão.

A inserção dos indivíduos mais desfavorecidos, como é o caso desta população, depende não só do acompanhamento individualizado como também de todo um trabalho colectivo. Estas formas de actuação são favorecidas, por seu turno, pelo trabalho em parceria. Face a isto, foi minha pretensão accionar as parcerias existentes. Contudo, nem sempre isto se manifesta acessível.

Constatei através deste percurso quão importante é a escuta e análise das necessidades dos indivíduos e/ou famílias em acompanhamento no trabalho de intervenção, tendo sempre presente as identidades a que pertencem, assim, “Entender as identidades e historias de vida das populações excluídas é indispensável para apoiar os seus projectos de vida e as suas capacidades de esboçar projectos de inserção.” (GUERRA, 1998, 15). Será uma mais valia no sucesso de qualquer intervenção, sendo que a própria cultura ou a temporalidade da vivência quotidiana constitui frequentemente, um entrave na elaboração de projectos.

Através desta experiência verifiquei que os problemas sociais são, efectivamente, fruto de uma multiplicidade de factores determinantes, pelo que para promover a inserção social torna-se cada vez mais necessário accionar novos modelos descentralizados de gestão do social, tal como defende também Isabel Guerra (1999), de modo a esbater intervenções descoordenadas e incapazes de enfrentar eficazmente os processos de exclusão social.

Para finalizar posso lembrar que não é somente sobre os excluídos que se deve centrar a acção, a fim de os reinserir, mas também sobre as relações sociais, institucionais, económicas e culturais estabelecidas entre eles e o resto da sociedade. A inserção depende também de

todo um conjunto de processos e das relações que estes grupos mantêm com a sociedade no seu conjunto.

Face a isto, torna-se necessário traçarmos Rotas de Inserção que permitam contrariar os Caminhos de Exclusão em que estes indivíduos se encontram.

## Bibliografia

ALARCÃO, Madalena, *(Des)Equilíbrios familiares: uma visão sistémica*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000

ALMEIDA, João Ferreira, CAPUCHA, Luís Antunes, *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editoras, 1992

AMARO, Roque, *Comunicações do Seminário Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social*, Santa Maria da Feira, 2000 pp.119 - 131

BENAVENTE, Ana, et all, *Renunciar à Escola – O abandono escolar no ensino básico*, Colecção: A aprendizagem para além da escola/8, Fim de Século Edições, Lda., Lisboa, 1994

BREBANT, Brigitte, *La pauvreté, un destin?*, Paris, L’Harmattan, 1984

CAPUCHA, Luís, “Pobreza, exclusão social e marginalidades”, in VIEGAS, J.M.L. e COSTA, A.F., *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998

CASTEL, Robert, *As metamorfoses da questão social: Uma crónica do salário*, 4ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, capítulo VIII, 2003

COSTA, Alfredo Bruto, *Exclusões Sociais*, Lisboa, Fundação Mário Soares, 1998

ESTEVES, António Joaquim, “A Investigação-Acção” in SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (cord), *Metodologias das Ciências Sociais*, 2ª edição, Edições Afrontamento, Porto, capítulo X, 1987 p.252

FERREIRA, F. A. Gonçalves, *História de Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990

FREIRE, João, *Sociologia do trabalho: uma introdução*, Porto, Afrontamento, 1993

GUERRA, Isabel, CHITAS, Hironidina, *Programas de Inserção: Reflexões Metodológicas*, Marca d'Água Editora, 1998

GUERRA, Isabel, “A Nova Acção Social: Certezas e Perplexidades” in *A Acção Social em Debate*, Direcção Geral de Acção Social, 1999

GUERRA, Isabel, *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Principia, Cascais, Capítulo 5, 2000

*GUIÃO Operativo para o Atendimento/Acompanhamento Social*, Caderno A – Orientações Técnicas

*GUIÃO Operativo para o Atendimento/Acompanhamento Social*, Caderno B – Contratualização para a Inserção

GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

MAIA, R., et al., *Dicionário de Sociologia*, Porto Editora, Porto, 2002

MEAD, George, H., “La Genesis del Self y el Control Social” in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, ISSN 0210-5233, n.º 55 (Julho a Setembro 1991) pp.165-186

MOYSÉS, Lúcia, *A auto-estima se constrói passo a passo*, 1.ª edição, Papyrus Editora, 2001

NEVES, Ilídio, *A Segurança Social Portuguesa – Problemas, Realidades e Perspectivas*, Colecção Estudos – Instituto Superior Politécnico Internacional, 1993

PEREIRINHA, José, “Pobreza e Exclusão Social: fronteiras conceptuais, relevâncias para a política social e implicações na sua medida”, in *Análise Social* n.º 102, Lisboa, ICS, 1992

QUEIROZ, Maria Cidália, GROS, Marielle Christine, *Das condições sociais da exclusão às condições da solidariedade*, *Caderno de Ciências Sociais*, 1996 p.126

QUIVY, Raymond ; CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992 p.44

SALDIDA, Isabel, DUARTE, Maria, CURTO, Maria, QUARESMA, Maria., *Manual para a Inserção*, Comissão Nacional do Rendimento Mínimo, Lisboa, Marca D'água Editora, 1998

SILVA, Luísa Ferreira da, *Intervenção Psico-Social*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001

SILVA, Luísa Ferreira da, et all, *Acção Social na Área da Família*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001

SILVA, Manuela, et all, *Pobreza urbana em Portugal*, Lisboa, Caritas Portuguesa, 1989

Outras Fontes:

Constituição da República Portuguesa

“*Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos Sociais – 2005*”, Direcção Geral Estudos Estatísticos e Planeamento (DGEEP), Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTSS), 2007

Decreto-Lei nº 42/2006 de 23 de Fevereiro



## **Anexo 1**

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Ações	Atividades	Grupo-Alvo	Recursos	Metodologia / Estratégia
Contribuir para a inserção e promoção do bem-estar das famílias beneficiárias da prestação de Serviço Social de Inserção	Diagnosticar problemas sociais Elaborar, desenvolver e avaliar programas de inserção ao nível pessoal e social	Construção e/ou actualização dos diagnósticos individuais e familiares	Identificação / selecção das famílias a priorizar Informatização da informação das fichas dos processos familiares Realização do auto-diagnóstico fazendo uma abordagem aos problemas e pedidos das famílias Caracterização dos elementos do agregado familiar Recolha de informação sobre situação sócio-profissional, formação profissional e escolarização Identificação dos problemas de saúde de todos os elementos do agregado familiar Identificar/ averiguar as condições	18 famílias integradas na medida de Rendimento Social de Inserção	Humanos: Técnico de Serviço Social Psicólogo Estagiária de Serviço Social Assistentes administrativas  Materiais: Suporte informático (computador, Impressora, Fotocopiadora ...)  Gabinete de atendimento Sala de trabalho  Sala de Reuniões  Suporte técnico (manuais, livros, guias de orientação ...)	Atendimento/ acompanhamento social  Recolha de informações existentes no processo familiar  Entrevista / Visitas domiciliárias  Entrevistas no Serviço  Recolha de informações junto de informantes privilegiados, nomeadamente na comunidade  Análise documental  Observação directa  Observação participante  Articulação com as instituições da comunidade  Trabalhos de grupo / parceria  Participação

<p>INDICADORES DO</p> <p>agregado familiar</p> <p>Recolha dos rendimentos e despesas individuais e familiares</p> <p>Identificação das potencialidades dos beneficiários</p> <p>Elaboração do diagnóstico individual / familiar aprofundado</p> <p>Construção do plano de intervenção das famílias</p> <p>Delineação, construção e negociação de programas de inserção adequados aos diagnósticos formulados</p> <p>Participação em sessões de discussão, análise, aprovação e avaliação dos programas de inserção</p> <p>Promoção de</p>	<p>NEGOCIAÇÃO</p> <p>Contratualização</p> <p>Investigação para a acção</p> <p>Dinâmica de grupos</p>
<p>Construção de projectos de vida com os indivíduos e famílias</p>	

acção adequadas aos problemas diagnosticados, potencialidades e constrangimentos

Elaboração de propostas de apoio complementar de acordo com o diagnóstico e programa de inserção elaborado

Avaliação das acções estabelecidas nos programas de inserção

Sessões de reflexão na área da Saúde

Sessões de reflexão sobre a reintegração na sociedade

Sessões de reflexão sobre violência conjugal e maus-tratos

	<p>Criar e reforçar competências necessárias à inserção social dos beneficiários</p>	<p>Dinamização de espaços de interacção</p> <p>Dinamização de espaços de interacção grupal</p>	<p>Sessão de trabalho de forma a construir projectos futuros</p> <p>Sessão de motivação para a continuidade do investimento escolar</p> <p>Sessão de informação sobre técnicas activas de procura de emprego</p> <p>Sessão de trabalho sobre gestão da vida doméstica, assim como do orçamento familiar</p> <p>Sessão de trabalho sobre planeamento familiar</p> <p>Sessão de trabalho sobre competências parentais</p> <p>Leitura de manuais e documentos sobre a zona geográfica</p> <p>Recolha e identificação dos recursos, equipamentos sociais, parcerias</p>	<p>Beneficiários com problemas de Saúde, nomeadamente, Alcoólicos, Toxicodependentes, deficientes</p> <p>Beneficiários que são/foram vítimas de violência</p> <p>Beneficiários jovens que saem da escola sem a escolaridade obrigatória</p> <p>Beneficiários jovens que permanecem na escola</p> <p>Beneficiários desempregados</p> <p>Beneficiários que apresentam desorganização habitacional e financeira</p>	
--	--	--	---	--	--

	<p>Construção do diagnóstico sócio-local das freguesias de Constance</p>	<p>Aprofundamento e/ou conhecimento da zona geográfica da freguesia de Constance bem como dos recursos existentes</p>	<p>existentes na zona geográfica</p> <p>Visitas às instituições locais</p> <p>Reuniões com as instituições e parcerias locais</p> <p>Articulação com as instituições locais de forma a dar respostas adequadas as necessidades dos beneficiários</p>	<p>Famílias nucleares com filhos</p>	
--	--	---	--	--------------------------------------	--